WILSON ACCIOLI DE BARROS FILHO

**Acordos Administrativos no âmbito dos Precatórios Requisitórios Judiciais: um
estudo dos modelos adotados por entes federados à luz do consensualismo**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

WILSON ACCIOLI DE BARROS FILHO

Acordos Administrativos no âmbito dos Precatórios Requisitórios Judiciais: um estudo dos
modelos adotados por entes federados à luz do consensualismo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em Direito, da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
Mestre em Direito na área de concentração Direito
do Estado, sob a orientação do Prof. Dr. Gustavo
Henrique Justino de Oliveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

BARROS FILHO, Wilson Accioli de
Acordos Administrativos no âmbito dos Precatórios
Requisitórios Judiciais: um estudo dos modelos
adotados por entes federados à luz do consensualismo
; Wilson Accioli de BARROS FILHO ; orientador
Gustavo Henrique Justino de OLIVEIRA -- São Paulo,
2019.
345 f.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Estado) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2019.

1. Administração Pública. 2. Consensualidade. 3.
Acordos administrativos. 4. Acordos diretos. 5.
Precatórios. I. OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de
, orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Nome: BARROS FILHO, Wilson Accioli de.

Título: Acordos Administrativos no âmbito dos Pecatórios Requisitórios Judiciais: um estudo dos modelos adotados por entes federados à luz do consensualismo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Prof. Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca examinadora:

Presidente (Orientador): Professor Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui com o sentimento de missão cumprida, faz-me retornar ao tempo de aluno da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná, quando o sonho de me tornar mestrando na tradicional Faculdade de Direito da USP era ainda muito, muito, muito distante.

Talvez o Professor Gustavo Justino não saiba, mas as suas lições me acompanham desde o quarto período do Curso de Direito, quando, para “defender” os direitos da Bacamaso (empresa fictícia) na II Competição Brasileira de Arbitragem organizada pela CAMARB, fundamentei toda a construção do meu pensamento em seu artigo intitulado “*A arbitragem e as Parcerias Público-Privadas*”. Desde então, a modernidade na forma de pensar o Direito Administrativo e a inquietação em não admitir a ciência jurídica como única fonte de reflexão do Direito, marcas próprias do Professor Justino, contagiaram-me e fizeram de mim o acadêmico que sou hoje.

Portanto, Professor Justino, o nosso convívio perdura, indiretamente, por quase dez anos e, dos sonhos que eu já tive na vida, o principal deles foi escrever este agradecimento, dizendo-lhe, emocionado, o meu muito obrigado! Obrigado por ter-me “chacoalhado” quando eu ainda acreditava que o mundo era paterno; obrigado por ter me oportunizado conhecer São Paulo e a vida frenética de uma verdadeira megalópole; obrigado por ter me concedido a honra de lhe assessorar profissional e academicamente: foram meses de profundo crescimento pessoal; obrigado por ter-me aberto as portas da USP e possibilitado viver o dia-a-dia de uma das melhores Universidades do Brasil; obrigado pela sinceridade (hoje, infelizmente, em extinção) dos conselhos e a franqueza dos diálogos acadêmicos. Enfim, obrigado por sempre me encorajar a escrever sobre aquilo que eu penso e acredito. Não há como negar: a minha formação acadêmica nasceu, lá em 2010, por meio de suas lições e, em 2019, esta dissertação representa a consolidação de um amadurecimento intelectual que eu jamais alcançaria sem a sua orientação. Aceitei passar pelos mais difíceis desafios pessoais e profissionais para concorrer ao direito de integrar o seu seletor grupo de orientandos. Depositar este trabalho me faz ter a certeza de que o impossível está na “cabeça” de quem não crê.

Tom Jobim cantou que “*fundamental é mesmo o amor; é impossível ser feliz sozinho*”. Isto fez mais sentido depois que a Adriana, minha amada esposa, entrou em minha vida. Adriana, você é o maior retrato de amor, companheirismo, doçura, delicadeza,

amizade, paciência, solidariedade, sensibilidade e humildade reunidos em único ser humano. A tua inteligência e os teus apontamentos jurídicos estão eternizados nas linhas desta dissertação. Obrigado por ter suportado meus momentos de angústia e acalentado minhas incertezas. Conquista nenhuma superará a que a vida me oportunizou ao ter-me apresentado você. Chego ao fim deste projeto com a certeza de que Tom Jobim estava certo quando disse: *“o resto é mar, e tudo o que eu não sei contar”*. Te admiro. Te amo. Para sempre.

Pessoa fundamental e responsável por eu chegar até aqui é Rosária Richartz, de quem eu tenho a sorte de ter nascido irmão. Missão cumprida, minha irmã! O sonho virou realidade e todo o seu esforço em minha educação valeu a pena. Lanço-me ao mundo marcado por suas lições. Perdoe-me a ausência indesejada desses anos. Em nenhum dia sequer, de árdua construção deste trabalho, eu deixei de pensar em você. Te amo muito. Estendo os meus agradecimentos à Zizi, à Mari, ao Maurício, ao Léo e à Marília, pelo carinho e afeto próprios de uma família.

Outro grande protagonista da minha vida, responsável por tudo o que sou e merecedor de todo o meu amor, chama-se Wilson Accioli de Barros. Pai, o senhor não está mais entre nós para comemorar esta conquista. No entanto, o amor (a sua melhor herança) convive dentro de mim, nos ligando eternamente em pensamento. Hoje, presente algum importaria mais do que um abraço seu...

Agradeço, ainda, à Maria Szmulik e à Tereza Szmulik. Por ironia do destino, tive a sorte de ser presenteado não apenas com uma, mas com duas maravilhosas sogras. É inimaginável o quanto o meu coração foi preenchido com amor e afeto ao tê-las comigo, desde quando conheci a Adriana. Obrigado pelo privilegiado cuidado maternal. Amo-as. Profundamente.

Sou também grato aos profissionais por quem fui inspirado ao longo da minha – ainda curta – trajetória como acadêmico e advogado: Jussara Maria Leal de Meirelles, Paulo Hapner, Fernando Vernalha, Mireilly Drongek, Silvio Guidi, Gustavo Guedes e Vivian Lima López Valle.

Sou grato, por fim, às oportunas observações acadêmicas gentilmente manifestadas pelos Professores José Maurício Conti e André Castro Carvalho ao tempo da qualificação deste trabalho.

Os novos paradigmas do Estado colocam em discussão todas as noções, temas e problemas clássicos do direito público – a natureza do poder público e de seu agir legal-razional, movido de cima para baixo (pela lei), o lugar reservado à lei e a suas implicações (legalidade e tipicidade) e relações público-privado. E requerem também mudança de comportamento científico em relação ao direito, porque a “doutrina” jurídica não pode manter imutáveis os próprios códigos de referência com uma mudança tão radical de seu objeto. (CASSESE, Sabino. **A crise do Estado**. Trad. Ilse Paschoal Moreira e Fernanda Landucci Ortale. Campinas: Saberes Editora, 2010, p. 145).

Diz-se frequentemente: o espírito que deve presidir o estudo do direito público não deve ser o mesmo a inspirar o estudo do direito privado. Em verdade, nós não compreendemos o que isso quer dizer. Nós acreditamos que o espírito que se deve ter no estudo do direito é o espírito da justiça. (DUGUIT, Léon. **Manuel de Droit Constitutionnel**. Paris: E. de Boccard Éditeur, 1923, p. 45).

RESUMO

BARROS FILHO, Wilson Accioli de. **Acordos Administrativos no âmbito dos Precatórios Requisitórios Judiciais: um estudo dos modelos adotados por entes federados à luz do consensualismo**. 2019. 345 p. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Com a finalidade de apresentar e debater os fundamentos necessários para que o acordo direto em precatório possa ser corretamente compreendido e aperfeiçoado, este trabalho discute o acordo administrativo enquanto nova categoria jurídica do Direito Administrativo brasileiro, propondo-lhe sólidos delineamentos jurídico-dogmáticos. Pretende-se, a partir do estudo analítico das modelagens de acordo direto em precatórios adotados por entes federados, investigar se a teoria dos acordos administrativos tem, em alguma medida, servido de fundamento para uma justa concretização da negociação público-privada no âmbito dos precatórios. Para tanto, são ofertados delineamentos teóricos aos acordos administrativos no Brasil. Em suma, a pretensão geral desta pesquisa é promover uma sistematização dos elementos doutrinários e normativos balizadores dos acordos administrativos, a fim de pensar e propor novas contribuições à prática dos acordos diretos relacionados aos precatórios. São dois os métodos de pesquisa: indutivo e analítico. Por meio da indução a dissertação estuda a figura dos acordos diretos, sob o olhar doutrinário dedicado à defesa de um regime jurídico autônomo dos acordos administrativos, com a intenção de avaliar, ao final, as aproximações teórico-normativas do regime do acordo em precatório com a dogmática do acordo administrativo. O método indutivo serve de base para a incidência do método analítico, por meio do qual são estudados os modelos de acordo direto em precatórios adotados individualmente por entes federativos de maior destaque nacional. O método analítico está presente também durante o cotejo dos acórdãos n. 4.357 e 4.425 provenientes das Ações Diretas de Inconstitucionalidade, nas quais se modulou a constitucionalidade dos acordos diretos mediante uma série de adaptações do instituto. O resultado da pesquisa permite concluir que, no mundo real, o acordo direto em precatório, supostamente uma espécie do gênero “acordo administrativo”, mostra-se distante do ideal dogmático delineado por este trabalho. Fato que o impede, inclusive, de ser classificado como “acordo administrativo”. O acordo direto, na forma em que previsto hoje, em verdade, é um instrumento usado para beneficiar o próprio ente devedor. Para suprir essa incompatibilidade jurídico-dogmática e equilibrar o regime do acordo direto com a teoria do acordo administrativo, é prudente a internalização de parâmetros fundamentais aos negócios firmados no âmbito dos precatórios.

Palavras-chave: Administração Pública, Consensualidade, Acordos administrativos, Acordos diretos, Precatórios.

ABSTRACT

BARROS FILHO, Wilson Accioli de. **Administrative Settlement Agreements within *Precatórios Requisitórios Judiciais* framework: a study on models adopted by federal entities in the light of consensus**. 2019. 345 p. Dissertation (Master in State Law). School of Law, University of São Paulo, São Paulo.

With the purpose of presenting and discussing the fundamentals necessary to understand and improve direct agreement on certificate of court-ordered payment of government debt, known as *precatório*, this work discusses the administrative settlement agreement as a new legal category in Brazilian Administrative Law, providing solid dogmatic legal delineations. It is intended, from the analytical study of the modeling of direct agreements on *precatórios* adopted by federated entities, to investigate if the administrative settlement agreements theory has played a fundamental role for a proper fulfillment of a public-private negotiation in *precatórios* context. To that end, theoretical delineations to administrative settlement agreements in Brazil are offered. In short, this research general aspiration is to promote systematization of doctrinal and normative elements of the administrative settlement agreements in order to conceive and present new contribution to direct agreements practice related to *precatórios*. There are two research methods: inductive and analytical. Through induction this dissertation studies direct agreements, under the doctrinal point of view dedicated to the defense of an autonomous legal regime of administrative settlement agreements, with the intention of evaluating, in the end, the theoretical-normative approximations of the regime of *precatório* arrangement with the administrative settlement agreement dogmatic. The inductive method serves as basis for analytical method incidence, through which the models of direct agreement on *precatórios* individually adopted by federal entities of greater national prominence are studied. The analytical method is also present during the comparison of rulings n. 4.357 and 4.425 from the Direct Actions of Unconstitutionality, from which the constituencies of the direct agreements were modulated through a series of adaptations of the institute. The result of the research allows to conclude that, in the real world, the direct agreement on *precatório*, supposedly a kind of genre "administrative agreement", is distant from the dogmatic ideal outlined by this work. This fact prevents it from being classified as an "administrative settlement agreement". The direct agreement, as it is today, is in fact an instrument used to benefit the debtor entity itself. In order to deal with this legal and dogmatic incompatibility and balance the direct agreement regime with the theory of administrative settlement agreement, it is prudent to internalize essential parameters to the deals sealed in *precatórios* context.

Keywords: Public Administration, Consensual, Administrative settlement agreements, Direct agreements, "Precatórios".

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Código de Processo Civil
EC	Emenda Constitucional
FGP	Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas
IBDP	Instituto Brasileiro de Direito Processual
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
LOA	Lei Orçamentária Anual
MP	Ministério Público
MIN	Ministro
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PGM	Procuradoria Geral do Município
PPP	Parcerias Público-Privadas
RPV	Requisição de Pequeno Valor
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TAG	Termo de Ajustamento de Gestão
TCC	Termo de Compromisso de Cessação
TCE	Tribunal de Contas Estadual
TCU	Tribunal de Contas da União

LISTAS DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Lista de figuras

Figura 1	Organograma procedimental do acordo direto em precatório do Município de São Paulo.....	264
Figura 2	Organograma procedimental do acordo direto em precatório do Estado de Minas Gerais.....	276
Figura 3	Organograma procedimental do acordo direto em precatório do Estado do Rio Grande do Sul.....	284
Figura 4	Organograma procedimental do acordo direto em precatório do Estado do Paraná.....	295

Lista de gráficos

Gráfico 1	Resultado final das aderências dos entes federados à dogmática do acordo administrativo.....	301
Gráfico 2	Comparativo detalhado do atendimento das premissas teóricas do acordo administrativo por entes federados.....	302

Lista de tabelas

Tabela 1	Proposta de Matriz Metodológica.....	260
Tabela 2	Matriz metodológica do Município de São Paulo.....	264
Tabela 3	Matriz metodológica do Estado de São Paulo.....	270
Tabela 4	Matriz metodológica do Estado de Minas Gerais.....	277
Tabela 5	Matriz metodológica do Estado do Rio Grande do Sul.....	285
Tabela 6	Matriz metodológica do Estado do Paraná.....	295

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
METODOLOGIA.....	19
1. OS ACORDOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E NATUREZA JURÍDICA.....	23
1.1 Contextualização teórica: em busca do conteúdo jurídico da consensualidade na Administração Pública.....	23
1.1.1 Nota introdutória: alguns dos elementos teóricos do consenso-jurídico.....	36
1.2 O acordo administrativo no Brasil: uma proposta de autonomização jurídica do instituto.....	48
1.2.1 A natureza jurídica dos acordos administrativos público-privados.....	57
1.2.1.1 Premissas negativas: desconstruindo a fungibilidade instrumental do agir administrativo.....	80
1.2.1.1.1 Acordo administrativo X Contrato administrativo.....	83
1.2.1.1.2 Acordo administrativo X Ato administrativo.....	91
1.2.1.2 Premissas positivas: a identificação do acordo administrativo no instrumental jurídico da Administração Pública.....	102
1.2.1.2.1 Acordo como instrumento de ação pública.....	102
1.2.1.2.2 Acordo como instrumento de resolução de conflitos.....	111
1.3 Síntese do capítulo.....	120
2. PARÂMETROS FUNDAMENTAIS: DELINEAMENTOS DOGMÁTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM REGIME JURÍDICO AUTÔNOMO DOS ACORDOS ADMINISTRATIVOS...	124
2.1 A consensualidade como requisito indissociável do acordo: a reserva de consenso enquanto sustentação da paridade relacional público-privada.....	124
2.2 Princípios informadores do acordo administrativo público-privado.....	131
2.2.1 Segurança jurídica, estabilidade, confiança legítima e boa-fé objetiva.....	132
2.2.2 Juridicidade: vinculação recíproca e garantia de cumprimento dos termos do acordo.....	144
2.2.3 Devido processo legal formal e material: a base jurídica do processo de negociação.....	152
2.2.4 Deferência ao mérito do acordo administrativo pelos órgãos de controle...	170
2.3 Síntese do capítulo.....	184
3. O SISTEMA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DOS PRECATÓRIOS REQUISITÓRIOS JUDICIAIS: ANÁLISE A PARTIR DAS PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	187
3.1 Breve compreensão do instituto: contextualização, conceito e características.....	187
3.2 Precatório e dívida pública: apontamentos críticos à luz das prerrogativas	

	processuais da Fazenda Pública.....	203
3.3	A fuga dos precatórios.....	214
3.3.1	Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas.....	215
3.3.2	Arbitragem.....	223
3.4	Mecanismos constitucionais substitutivos ao pagamento de precatório.....	230
3.4.1	Cessão de crédito.....	232
3.4.2	Compensação de dívidas tributárias com créditos de precatórios.....	233
3.4.3	Aquisição de bem público.....	235
3.4.4	Contas judiciais.....	235
3.4.5	Acordo direto em precatório.....	237
3.4.5.1	Regime jurídico-constitucional.....	239
3.4.5.2	Acordo direto na visão do STF.....	243
3.4.5.2.1	Críticas à compreensão do STF sobre o acordo direto.....	249
3.5	Síntese do capítulo.....	257
4.	DESENHO INSTITUCIONAL-PROCEDIMENTAL DOS MODELOS DE ACORDO DIRETO EM PRECATÓRIOS ADOTADOS POR ENTES FEDERADOS BRASILEIROS.....	260
4.1	O desenho institucional do acordo direto no Município de São Paulo.....	261
4.1.1	A forma procedimental.....	263
4.1.2	Aplicação da matriz metodológica.....	264
4.2	O desenho institucional do acordo direto no Estado de São Paulo.....	268
4.2.1	A forma procedimental.....	269
4.2.2	Aplicação da matriz metodológica.....	270
4.3	O desenho institucional do acordo direto no Estado de Minas Gerais.....	272
4.3.1	A forma procedimental.....	274
4.3.2	Aplicação da matriz metodológica.....	277
4.4	O desenho institucional do acordo direto no Estado do Rio Grande do Sul.....	280
4.4.1	A forma procedimental.....	283
4.4.2	Aplicação da matriz metodológica.....	285
4.5	O desenho institucional do acordo direto no Estado do Paraná.....	287
4.5.1	A forma procedimental.....	291
4.5.2	Aplicação da matriz metodológica.....	295
4.6	Síntese do capítulo.....	300
	CONCLUSÃO.....	303
	REFERÊNCIAS.....	317

INTRODUÇÃO

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, muito se tem debatido a respeito das bases democráticas do Estado de Direito. Tema comum nas discussões é o limite da interlocução entre o público e o privado. Tudo em razão do velho estigma, perpetrado desde as revoluções liberais, de que o Poder Público é soberano para decidir o que é coletivamente ideal para os cidadãos.

Hoje, no entanto, graças à nova formatação do Estado, compreendido em um contexto globalizado, parcela da doutrina vem defendendo que a concretização do componente adjetivo “democrático” depende do emprego de formas consensuais de ação pública e de resolução de conflitos que promovam uma relação jurídica público-privada articulada, colaborativa e cooperada. A consequência disto é o aumento da eficiência e da efetividade dos atos estatais.

Na era global não parece correto falar em Administração Pública fechada, centralizada e impositiva. O avanço da sociedade pós-década de noventa impõe ao Estado maior transparência nas ações públicas, acompanhada de maior abertura negocial para a tomada de decisões administrativas.

A Administração Pública, desenhada em um Estado Democrático de Direito, deve elencar o cidadão como peça fundamental da gestão pública e ser sensível aos seus interesses, de modo a zelar por direitos e garantias próprios de uma sociedade plural. Um exemplo concreto é o incentivo cada vez maior ao diálogo e à negociação entre o Estado e o particular.

Por intermédio do consenso, busca-se concretizar uma relação entre Poder Público e cidadão menos afeta à adoção de medidas autoritárias, de cunho unilateral e impositivo, reordenando-se o clássico modelo de atuação pública, pautado pela lógica da assimetria e da subordinação. Neste propósito, um instrumento hábil e capaz de consolidar um modelo de gestão pública democrática é o acordo administrativo.

Com a finalidade de apresentar e debater os fundamentos necessários para que o acordo direto em precatório possa ser corretamente compreendido e aperfeiçoado, este trabalho discute o acordo administrativo enquanto nova categoria jurídica do Direito Administrativo brasileiro, propondo-lhe sólidos delineamentos jurídico-dogmáticos.

Pretende-se, a partir do estudo analítico das modelagens de acordo direto em precatórios adotados por entes federados, investigar se a teoria dos acordos administrativos

tem, em alguma medida, servido de fundamento para uma justa concretização da negociação público-privada no âmbito dos precatórios. Para tanto, como forma de se buscar elementos possíveis de serem inseridos e adaptados à realidade dos acordos diretos voltados ao pagamento da dívida pública judicial, serão ofertados delineamentos teóricos aos acordos administrativos no Brasil.

Em suma, a pretensão geral desta pesquisa é promover uma sistematização dos elementos doutrinários e normativos balizadores dos acordos administrativos, a fim de pensar e propor novas contribuições à prática dos acordos diretos relacionados aos precatórios.

A escolha do acordo administrativo, mais precisamente do acordo direto em precatório, deu-se, primeiramente, pelo absoluto ineditismo do tema em pesquisa. Não há no Brasil, até o momento da conclusão desta dissertação, trabalho jurídico estudando profundamente o acordo direto em precatório à luz da teoria do acordo administrativo. Em segundo lugar, ao tempo da elaboração do projeto de pesquisa e dos debates acadêmicos, todos capitaneados pelo Professor Dr. Gustavo Justino de Oliveira, percebeu-se que a teoria dos acordos administrativos no Brasil, embora vista como a principal representante da Administração Pública consensual, carece de sustentação jurídico-normativa concreta. A consequente hipótese investigativa, em um terceiro momento, evidencia que acordos diretos vêm sendo feitos mediante certo desamparo legal, doutrinário e jurisprudencial. E os particulares, nesse aspecto, correm o risco de se tornarem vítimas de um instrumento equivocadamente manuseado pelo gestor público.

Especificamente em relação ao acordo direto em precatório, o motivo de seu estudo decorre da consolidação constitucional do instituto, há pelo menos dez anos, no âmbito dos Estados e dos Municípios brasileiros, como o mais importante mecanismo de pagamento substitutivo da dívida pública judicial. Dezenas de bilhões de reais da dívida pública estão sendo pagos anualmente por meio de acordos. Todo esse montante chamou a atenção para o seguinte: o acordo direto em precatório tem respeitado a teoria do acordo administrativo ou servido como um “corta-caminho” para o gestor público quitar seus débitos de maneira célere, com pagamentos em valores menores aos realmente devidos, mediante violações aos direitos e garantias fundamentais do credor?¹

¹ Percebe-se, assim, que a intenção não é estudar o precatório enquanto instituto pertencente ao Direito Financeiro e/ou Constitucional. No tema do precatório, o foco do trabalho é restrito ao estudo crítico dos acordos administrativos promovidos por entes federativos. Inevitavelmente, questões financeiras e constitucionais acabarão se tornando peça de análise do trabalho, sem, contudo, receber o protagonismo que mereceriam caso a dissertação não fosse da subárea de Direito Administrativo.

Para melhor compreender o cenário acima, os capítulos foram ordenados da seguinte maneira: o primeiro e o segundo pretendem apresentar e defender o escopo teórico do acordo direto em precatório, discorrendo sobre os delineamentos dogmáticos do acordo administrativo. Em seguida, uma vez estabelecida a acomodação teórica da dissertação, o terceiro capítulo será dedicado a examinar o sistema jurídico-constitucional dos precatórios requisitórios judiciais, sob a lente das prerrogativas processuais da Fazenda Pública, direcionando o estudo para a compreensão do regime jurídico do acordo direto. No quarto e último capítulo, depois de apresentada a dogmática do acordo, será realizada a análise de conteúdo do desenho institucional-procedimental dos modelos de acordo direto em precatórios adotados pelos mais destacados entes federados brasileiros, para se entender, na prática, como os ajustes estão sendo concretizados.

De forma detalhada, para promover a teorização do acordo administrativo, o primeiro capítulo, cujo título é *Os acordos no Direito Administrativo brasileiro: contextualização teórica e natureza jurídica*, discorre sobre os marcos teóricos da Administração Pública consensual, questionando a abstração normativa da consensualidade. Neste momento, para amenizar a porosidade teórico-normativa do consenso, o trabalho defenderá a autonomia do acordo administrativo, por meio da criação de um regime jurídico próprio para ele. Ato contínuo, a reflexão perpassará pela natureza jurídica do acordo administrativo, defendendo o seu enquadramento como negócio jurídico. Caminhará, na sequência, pela defesa da infungibilidade entre acordo, ato e contrato administrativos, analisando, ao final, o enquadramento do acordo administrativo como instrumento de ação pública e de resolução de conflitos.

No segundo capítulo, intitulado *Parâmetros fundamentais: delineamentos dogmáticos para a construção de um regime jurídico autônomo dos acordos administrativos*, serão apresentados e sugeridos os requisitos basilares para a sistematização autônoma do acordo administrativo no ordenamento jurídico brasileiro. A intenção será destacar elementos objetivos para a verificação da adequada conformação de todas as fases do acordo administrativo com os contornos do seu regime jurídico sugerido no primeiro capítulo.

O terceiro, intitulado *O sistema jurídico-constitucional dos precatórios requisitórios judiciais: análise a partir das prerrogativas processuais da Fazenda Pública*, é um capítulo essencialmente crítico. Apesar de parecer descritivo, por trabalhar com o sistema jurídico-constitucional do precatório, será concedido a ele um ânimo questionador

das bases constitucionais do precatório e da atuação da Fazenda Pública em Juízo. Assim, problemas do regime constitucional do precatório serão identificados e debatidos. A dívida pública será estudada a partir da figura patrimonial do Estado e das prerrogativas processuais da Fazenda Pública, questionando-se se realmente o seu inadimplemento está enraizado na insuficiência financeira ou no paternalismo jurídico-legislativo das instituições de controle. Em seguida, artifícios legislativos criados para privilegiar determinados credores, com suas exclusões da fila dos precatórios, serão descritos e analisados no tópico denominado “a fuga dos precatórios”. Finalmente, serão comentados, brevemente, os mecanismos constitucionais substitutivos ao pagamento de precatório. Em tópico específico, o acordo direto em precatório, um dentre os cinco mecanismos estudados, terá o seu regime constitucional apresentado e analisado. É trazido ao conhecimento do leitor, por último, o posicionamento do STF sobre o tema, debatendo-se os seus pontos mais sensíveis.

No quarto e último capítulo, intitulado *Desenho institucional-procedimental dos modelos de acordo direto em precatórios adotados por entes federados brasileiros*, com base na matriz metodológica explicada em “Metodologia” (situada logo abaixo), serão apresentados os desenhos institucionais e procedimentais dos modelos de acordo direto em precatórios praticados pelos principais entes federados brasileiros. O objetivo será avaliar a aderência dos diversos sistemas procedimentais à teoria do acordo administrativo, delineada nos dois primeiros capítulos. Ao final, pretende-se responder: em que medida os acordos diretos em precatórios estão compatibilizados com a dogmática atual dos acordos administrativos?

METODOLOGIA

Serão dois os métodos de pesquisa adotados na presente dissertação: indutivo e analítico. Por meio da indução² a dissertação estudará a figura dos acordos diretos no âmbito dos precatórios, sob o olhar doutrinário dedicado à defesa de um regime jurídico autônomo dos acordos administrativos, com a intenção de avaliar, ao final, as aproximações teórico-normativas do regime do acordo em precatório com a dogmática do acordo administrativo.

Em razão da tímida base teórica do acordo direto, a proposta de delineamentos dogmáticos ao regime do acordo administrativo servirá como fundamento para a compreensão das negociações envolvendo o pagamento de precatórios. Com isso, o estudo pretende extrair conclusões voltadas ao desenvolvimento e à evolução normativa do acordo direto no âmbito dos precatórios. Ato contínuo, a pesquisa ofertará parâmetros fundamentais (*standards*) na intenção de contribuir para o início de um debate sobre a necessidade de criação de uma teoria geral dos acordos administrativos no Brasil.

O método indutivo servirá de base para a incidência do método analítico, por meio do qual serão estudados os modelos de acordo direto em precatórios adotados individualmente por entes federativos de maior destaque nacional, com o objetivo de se identificar elementos de aproximação e distanciamento dos procedimentos em relação à dogmática do acordo administrativo. O foco investigativo, nesta etapa, iniciará na análise do desenho institucional-procedimental das experiências dos entes para buscar conclusões gerais (indutivas) reveladoras de um perfil teórico-normativo do acordo no âmbito dos precatórios.

O método analítico estará presente também durante o estudo da *ratio* dos acórdãos n. 4.357 e 4.425 provenientes das Ações Diretas de Inconstitucionalidade, julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, nas quais se modulou a constitucionalidade dos acordos diretos mediante uma série de adaptações do instituto a partir da rigidez jurídica dos precatórios.

² “Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.” (MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003, p. 86). No mesmo sentido, cf.: FACHIN, Odília. **Fundamentos da metodologia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 32.

Portanto, o recorte metodológico do trabalho é bastante claro e específico: por meio de estudo analítico³ envolvendo acordos diretos implementados por entes federativos brasileiros para o pagamento de precatórios, serão extraídas conclusões teóricas reveladoras da realidade posta. Concluída esta primeira etapa investigativa, a pesquisa apresentará um estudo dogmático dos acordos administrativos, com o objetivo de propor a construção de uma teoria geral e, assim, encontrar respostas indutivas comuns a uma possível proposição de *standards* nacionais aos acordos administrativos brasileiros (realidade pressuposta).⁴ Ao final, na terceira etapa conclusiva, a pesquisa se posicionará criticamente a respeito da adequação do acordo direto em precatório aos fundamentos teóricos do acordo administrativo delineados na dissertação, apontando os aperfeiçoamentos jurídicos necessários para a caracterização do acordo direto como efetivo acordo administrativo público-privado.

Para avaliar, na prática, a correspondência dos modelos de acordo direto em precatório com a teoria do acordo administrativo proposta, a dissertação criará e aplicará uma matriz metodológica⁵ formada pelos elementos: i) objeto; ii) finalidade; e iii) premissas analíticas.

O primeiro elemento consistirá na análise de conteúdo⁶ dos modelos de acordos praticados pelos mais destacados entes federativos brasileiros em matéria de precatórios.

A finalidade, o segundo elemento, baseia-se na verificação da aderência mínima dos acordos em precatórios com o regime jurídico do acordo administrativo.

As premissas analíticas, terceiro e último elemento, consistirão na aplicação dos parâmetros descritos e justificados no segundo capítulo aos atos normativos e procedimentais dos acordos diretos em precatórios. São elas: a) consenso; b) paridade jurídica; c) sinalagmatismo; d) deferência mínima ao interesse privado; e) efeitos jurídicos vinculantes; f) transparência; g) procedimentalização objetiva; h) procedimentalização

³ Farão parte do estudo analítico, entre outros: o cotejo dos Editais de conciliação publicados por entes federativos, o levantamento e o estudo dos atos normativos (leis, resoluções, decretos e portarias) e a análise dos procedimentos adotados por entes para a formalização dos acordos diretos.

⁴ O caminho investigativo não refletirá a ordem dos capítulos desta dissertação. A razão é simples: para conseguir avaliar a pertinência teórica do acordo direto em precatório, primeiro o trabalho precisará propor os delineamentos de uma teoria geral de acordo administrativo no Brasil para, somente, então, confrontar os achados teóricos com os demais provenientes da análise de conteúdo elaborada no quarto capítulo do trabalho.

⁵ A análise de conteúdo envolverá o cotejo das seguintes ferramentas: a) legislações locais; b) editais públicos; c) demais formas de procedimentalização dos acordos.

⁶ “(...) a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. (...) A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).” (BARDIN, Luarence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016, p. 44).

imparcial; i) previsão de garantias; j) predisposição de respeito à boa-fé objetiva, confiança legítima e segurança jurídica.

A análise será feita por meio da concessão de peso máximo “um” e mínimo “zero” para cada premissa aplicada. Não se adotará valor fracionado, apenas os valores zero, meio ou um. Ao final, se o resultado conquistado integrar a escala 8-10 (entre oito e dez), a conclusão será pela correlação integral do acordo direto com a teoria dos acordos administrativos. Se o estudo resultar entre 5,5-7,5 (cinco e meio a sete e meio), concluir-se-á pela vinculação parcial dos acordos diretos com o regime dos acordos público-privados. Se o valor encontrado estiver entre 3-5 (três e cinco), a aferição resultará em compatibilidade mínima. Por fim, se a nota for menor ou igual a 2,5 (dois e meio) o resultado será pela absoluta ausência de correspondência dos acordos diretos com a dogmática dos acordos administrativos público-privados.⁷

A matriz proposta será aplicada ao Município e ao Estado de São Paulo e aos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. A razão da escolha destes entes, em detrimento dos demais integrantes da federação, está no fato de figurarem como os maiores devedores públicos e, por isto, possuírem um consolidado método de pagamento dos precatórios por meio de acordos diretos com os credores. Tal fato torna possível, ao trabalho, traçar um sólido e prospectivo panorama crítico-analítico das práticas “negociais” em matéria de requisitórios judiciais no Brasil.⁸

Não há como negar que a verificação da aderência de cada premissa analítica com o modelo de acordo direto será interpretativa.⁹ Para se evitar questionamentos quanto ao subjetivismo das conclusões, no próprio corpo da matriz metodológica haverá um campo justificador da avaliação, indicando-se o excerto textual da ferramenta cotejada tanto para

⁷ Perceba-se que as escalas respeitam as restrições fixadas de valores: zero, meio ou um. Isto quer dizer que, pela matriz proposta, jamais haverá avaliação correspondente a 5,6 ou 7,8, por exemplo, de modo que na margem referenciada a nota será sempre 5 ou 5,5 e 7,5 ou 8.

⁸ Vale a ressalva de que poucos são os Estados que adotam o pagamento da dívida pública em precatórios por meio de acordos. Em pesquisa própria, constatou-se que dos 27 Estados da Federação, apenas 11, em algum momento, promoveram o pagamento de precatórios por meio de acordos diretos com os credores. Destes, os que mais se valem da via negocial são São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Ceará. Ou seja, apenas 5, no total. É evidente que a opção pelos acordos decorre diretamente do grau de endividamento do Estado. Assim, não é porque outros entes federativos não pagam precatórios por meio de acordos diretos que não conheçam ou rejeitem esta via negociada. É muito possível que o baixo acúmulo de valores em dívida não favoreça ou gere interesse na opção pelo pagamento diferenciado.

⁹ Mesmo sabendo disso, preferiu-se a lógica aritmética a outro método do tipo “sim ou não”. O motivo está na honestidade científica com os próprios modelos institucionais analisados, os quais, embora eventualmente descumpridores do que preceitua a teoria do acordo administrativo, podem não o ser de maneira integral. Deste modo, uma análise do tipo “sim ou não” restaria injusta com quem cumpre parcialmente as premissas aplicadas. Isto fica evidente quando se considera que o objetivo final de aplicação da matriz não é apenas identificar se o ente federado está ou não adotando as teorias do acordo administrativo, mas também saber em quais graus e proporções isto vem acontecendo.

demonstrar os aspectos positivos quanto os negativos da valoração concedida. Por exemplo, se a graduação da premissa “consenso” para determinado ente federado for igual a zero, no campo de justificativa constará o dispositivo normativo ou procedimental pelo qual não se concedeu 0,5 (meio) ou 1,0 (um) para aquele item.¹⁰ Da mesma forma, se a valoração da premissa for 0,5 (meio), no campo destacado constará o dispositivo justificador da não pontuação mínima ou máxima. Com isto, será mantida a credibilidade da análise de conteúdo.

O trabalho, ainda, fará uso de figuras, gráficos e tabelas como forma de garantir, dentro de possível, o didatismo das análises promovidas e das constatações extraídas ao longo da pesquisa.

Por último, destaca-se que as citações em língua estrangeira serão livremente traduzidas pelo autor, assumindo este a integral responsabilidade pela fidedignidade de seus conteúdos.

¹⁰ Saliente-se, todavia, que poderá haver casos em que determinada premissa não encontrará qualquer correspondência nas ferramentas normativas e procedimentais verificadas. Nesta hipótese, será acostada a informação “inexistente”.

CONCLUSÃO

O desafio principal desta dissertação não esteve propriamente no estudo do acordo direto em precatório. Para o bem ou para o mal, ele já possui uma previsão normativa. A grande dificuldade, neste sentido, foi propor os primeiros alicerces de uma base dogmática para o acordo administrativo que pudessem ser utilizados como parâmetros de verificação da adequação teórica do acordo direto no âmbito do precatório. O esforço maior se deu, portanto, em apresentar e defender delineamentos teóricos que pudessem sistematizar o regime jurídico dos acordos administrativos, refletindo-o para todos os demais tipos ou espécies de acordos existentes no ordenamento, principalmente para os firmados no âmbito dos precatórios.

Sob este propósito, os primeiros dois capítulos se dedicaram a construir um mundo teórico ideal, no qual os acordos administrativos público-privados representam uma nova forma de ação pública, desenhada integralmente sobre as bases do consensualismo, da negociação, da paridade e do diálogo, que não encontra paralelo nas tradicionais formas de atuação da Administração Pública brasileira. O acordo, enquanto negócio jurídico administrativo, é resultado de uma Administração Pública que aceita e entende saudável o debate jurídico entre o interesse público e o interesse privado.

Na medida em que consolida uma dimensão de paridade entre os direitos e as obrigações das partes pública e privada, o consenso surge como parâmetro fundamental do acordo administrativo. Significa dizer: no regime do acordo administrativo não há mais direito para um sujeito em detrimento do outro, pois em torno dele orbita uma mesma juridicidade conformadora de toda a relação jurídica. Daí a exigência de compromissos recíprocos e vinculantes.

Do mesmo modo, por meio de justificativas objetivas e concretas que condicionem a eficácia da ação pública exorbitante, o regime do acordo administrativo reconfigura a lógica segundo a qual “a Administração Pública cumprirá o pactuado se e quando o interesse público permitir”. Em outras palavras, na dogmática do acordo deverão existir parâmetros concretos para excluir o subjetivismo e a abstração da situação excepcional autorizadora da Administração Pública agir de maneira unilateral para descumprir os termos ajustados ou, ainda, retirar-se antecipadamente do negócio. A intenção, com isto, é parametrizar não apenas o acordo administrativo e seu aspecto

negocial, mas também os poderes e os deveres estatais frente aos compromissos assumidos.

O acordo administrativo, em todas as suas fases, deverá se consumir sem surpresas, sem armadilhas, sem o sacrifício de direito fundamental e sem o exercício genérico e abstrato de prerrogativas públicas. Para tanto, o negócio deverá se pautar com horizontalidade, equilíbrio e paridade; sob o respaldo de regras previsíveis e vinculantes; por intermédio de um procedimento imparcial; com previsão de garantia ao particular a respeito do cumprimento do compromisso pelo Poder Público; e com deferência pelos órgãos de controle quanto às decisões consensuais tomadas pelas partes, desde que não abusivas, arbitrárias e/ou ilegais.

Outra característica indispensável da teoria do acordo administrativo é o atendimento ao devido processo legal, em suas feições formal e material. O devido processo legal é parâmetro de validade e eficácia do acordo administrativo, obrigando que o processo de negociação seja participativo, dialético e consensual. Ele também estabelece os limites do controle, ao restringir a revisão do acordo ao exame da observância de seus parâmetros fundamentais, dentre eles a verificação do respeito ao contraditório e à ampla defesa. Tal limitação inibe a análise do mérito pelo agente controlador e garante estabilidade para a medida administrativa consensualmente acordada.

Ademais, na dogmática do acordo administrativo o devido processo legal é “cheio”, consolidando o entendimento, segundo o qual, não é simplesmente a formação processual e procedimental que confere validade e eficácia ao processo de negociação público-privado – uma medida administrativa formalmente perfeita, portanto –, mas o respeito às garantias constitucionais (explícitas e implícitas) dos compromissários.

Apesar da identificação de relevantes elementos teóricos, no mundo real o acordo direto em precatório, supostamente uma espécie do gênero “acordo administrativo”, mostra-se distante do ideal dogmático delineado por este trabalho. Fato que o impede, inclusive, de ser classificado como “acordo administrativo”.

No terceiro capítulo se evidenciou a disfuncionalidade do precatório perante o ordenamento jurídico. A atual conjuntura constitucional do instituto torna-o um procedimento de pagamento inócuo que não cumpre a finalidade para a qual foi criado, pois a dívida pública não é regularmente adimplida no tempo e no modo previstos na Constituição Federal.

Nada obstante, constatou-se que o problema do inadimplemento da dívida pública não repousa propriamente na ineficiência do regime constitucional do precatório, mas no

paternalismo jurídico-normativo do ordenamento em relação à figura patrimonial da Fazenda Pública. Neste sentido, não se concorda com o posicionamento que defende a exclusão do precatório do ordenamento jurídico como solução para a retomada dos pagamentos da dívida pública judicial.

Ao limitar a fase expropriatória do processo de execução por quantia certa, mitigando o poder coercitivo do Judiciário, as prerrogativas processuais da Fazenda Pública devedora acabam por inutilizar os louváveis motivos de criação do precatório (moralização do pagamento da dívida pública judicial; criação de um regime de quitação objetivo, isonômico e impessoal; equilíbrio orçamentário das novas despesas; e organização constitucional da relação entre os Poderes).

Por que impenhorável e inalienável o patrimônio público, nenhuma decisão judicial condenatória consegue ser eficaz o suficiente para coagir a Fazenda Pública a pagar por seus débitos. Ou seja, de nada adianta debater o enrijecimento constitucional do precatório, se a verdadeira causa de inadimplemento da dívida judicial permanecer intocada. A confirmação desta incoerência está na criação paralela de institutos jurídicos voltados a superar a blindagem patrimonial da Fazenda devedora, como ocorre com o Fundo Garantidor das PPPs e como se tem buscado fazer com a Arbitragem.

Nesta realidade, ao procurar amenizar os empecilhos judiciais causados pela impossibilidade de constrição do patrimônio público, o acordo direto em precatório reaviva a esperança do credor, fornecendo-lhe uma nova oportunidade de recebimento do crédito para além da tradicional ordem cronológica. Simultaneamente, ao promover a retomada do seu pagamento, o acordo garante o resgate da funcionalidade do precatório.

Assim, o acordo direto em precatório se apresenta como uma via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo em que promove a economia para os cofres públicos, beneficia diretamente os credores, com o aumento da velocidade da quitação da dívida pública judicial.

Contudo, a inegável importância do acordo direto em promover a modernização do sistema de pagamento de condenações judiciais não o isenta de uma conclusão crítica. Os principais questionamentos em relação ao seu regime constitucional decorrem: i) de sua abstração normativa; ii) do retrocesso de sua regulamentação por meio de ato normativo infralegal; iii) da exigência indevida de homologação pelo Poder Judiciário; e iv) do distanciamento do acordo direto da teoria do acordo administrativo.

Quanto à abstração normativa, tem-se que, ao disciplinar o acordo no âmbito dos precatórios, a Constituição se limitou a apresentar parâmetros jurídicos muito genéricos. Versou, basicamente, sobre o dever de respeitar a ordem cronológica, o limite máximo de desconto (deságio) e a divisão das contas entre o pagamento geral e o substitutivo. Todos os demais preceitos jurídicos materiais e procedimentais, segundo o constituinte, devem ficar ao encargo dos entes devedores. Trata-se, portanto, de uma norma vazia, sem um preenchimento jurídico concreto.

Dessa forma, a ressalva é quanto à delegação de competência para o ente devedor legislar sobre praticamente todas as questões materiais e procedimentais do acordo direto. Entende-se que esta abertura normativa torna o acordo em precatório um instituto abstrato no ordenamento jurídico, pois para cada ente federativo é permitida a criação de um universo jurídico próprio e individual.

Dito de outro modo, o legislador constituinte derivado falhou quando criou o acordo direto com respaldo em uma base normativa genérica e abstrata, equivocando-se ao transferir para o ente devedor a incumbência de pavimentar os caminhos do acordo direto. Principalmente por serem os entes devedores os maiores interessados em obter vantagens jurídicas e financeiras com o pagamento substitutivo.

Nos termos da amplitude normativa do atual regime constitucional, ao se possibilitar que cada ente federado procedimentalize internamente o acordo direto, corre-se o risco de o instituto perder unidade sistemática, tornando-se poroso.

A norma que fixa o acordo administrativo, independente de sua espécie, precisa prever os seus requisitos fundamentais, tratando desde logo dos parâmetros jurídicos que darão solidez e estabilidade para o instituto no Direito. Assim, não parece correta a delegação de competência discricionária para o ente federativo fixar procedimento geral. Isto cria insegurança na medida em que o acordo acabará assumindo diferentes identidades que o fragilizarão enquanto categoria jurídica.

Para melhor ilustrar, no Paraná o acordo direto é procedimentalizado por meio de Decreto enquanto que em outros Estados, como em São Paulo, os procedimentos são dispostos em Editais convocatórios. Então, dadas as especificidades do procedimento em cada região, quem faz acordo em São Paulo pode não saber fazer acordo no Paraná e isto é nocivo para o próprio acordo direto em precatório porque, embora manejado de modo distinto, permanece sendo o mesmo instituto jurídico.

Nesta ótica, é possível afirmar que os acordos diretos não precisariam ter exaustiva previsão constitucional, bastando que fosse criada uma Lei geral, a exemplo do

que acontece com a Lei Geral de Licitação, disciplinando diretrizes para todos os entes federativos brasileiros. Tal solução facilitaria a discussão legislativa ao garantir a atualidade do instituto no ordenamento jurídico, sem a criação de uma excessiva burocracia legislativa para a sua eventual modificação, hoje dependente de emenda constitucional. Mas, enquanto isso não acontece, o estudo do acordo e os seus aperfeiçoamentos devem continuar seguindo o indispensável percurso constitucional.

Em relação à crítica quanto ao retrocesso regulamentar, explicou-se no terceiro capítulo que no antigo regime jurídico da EC n. 62 de 2009 a Constituição determinava que o acordo direto fosse regulamentado internamente pelos entes federados por meio de Lei em sentido formal. Entretanto, conforme esclarecido, no novo regime inaugurado pelas EC n. 94 de 2016 e n. 99 de 2017 esta regra foi alterada para permitir a regulamentação do acordo direto por meio de ato normativo infralegal do Poder Executivo.

Para a compreensão da relevância deste ponto, é preciso assimilar a lógica pensada pelo constituinte quando previu a regulamentação dos acordos por meio de Lei.

O sentido da exigência de regulamentação do acordo direto por meio de Lei formal era garantir a imparcialidade e a impessoalidade processuais e materiais das negociações. Queria o constituinte fomentar uma regulamentação dos acordos diretos que não privilegiasse a Fazenda Pública com medidas jurídicas direcionadas para os interesses do Poder Executivo (favoráveis ao devedor). Daí a retirada da competência das mãos do Executivo e a transferência do tema para a responsabilidade do Poder Legislativo.

Entretanto, apesar disso, como se conclui a partir dos desenhos institucionais analisados no quarto capítulo, ainda sob a vigência da EC n. 62 de 2009, parcela dos entes federados estudados vinha descumprindo o comando constitucional ao deixar de legislar formalmente sobre o acordo direto, regulamentando-o por ato normativo infralegal. Esta prática ilegal, então, ao invés de ser coibida, se sobrepôs e acabou sendo internalizada pelo texto constitucional.

Daí a conclusão pelo retrocesso jurídico. O novo regime jurídico-constitucional do acordo direto retrocedeu à correta lógica anterior fixada pela EC n. 62 de 2009 e delegou a regulamentação do instituto para o Poder Executivo (ente devedor), criando um risco de direcionamento das balizas jurídicas do acordo direto para o interesse egoístico da Fazenda Pública devedora, em detrimento dos direitos e interesses do credor.

A defesa de parâmetros fundamentais, de ordem geral, contida no segundo capítulo, torna-se oportuna justamente para aparar arestas como essas, na medida em que

proporciona mínima solidez jurídica ao acordo e a todos que dele se valerem, principalmente o credor de precatório.

Outra relevante conclusão crítica se dá em relação à exigência de homologação do acordo direto em precatório pelo Poder Judiciário. A Constituição tratou, inicialmente, apenas das Câmaras de Conciliação em Precatórios subordinadas ao Poder Executivo. O CNJ, no entanto, ao regulamentar o tema, ampliou o sentido da expressão constitucional para falar em “Juízo” Auxiliar de Conciliação em Precatório, direcionando para o Poder Judiciário a competência para comandar a prática do acordo direto. Em confirmação ao entendimento do CNJ, após o julgamento das ADI n. 4.357 e 4.425, pressionados pelo STF, ao tratar do departamento responsável por auxiliar a negociação de precatórios, os parlamentares sucumbiram e internalizaram no texto constitucional a expressão “Juízo”.

A consequência disso é que, para produzir efeitos, o acordo direto depende de homologação judicial. Tal medida retira a competência exclusiva do Poder Executivo para firmar acordos no âmbito dos precatórios. Dito de outra maneira, de modo incompatível com a natureza jurídica dos acordos administrativos, tem-se na Constituição que o acordo direto em precatório será realizado perante um departamento subordinado ao Poder Judiciário, condição que anula a vontade negocial das partes, mesmo se tratando de direito patrimonial e disponível.

Ademais, encerrando a conclusão crítica sobre o regime jurídico do acordo direto, denotou-se um perigoso distanciamento do instituto em relação à teoria do acordo administrativo.

Como outrora defendido, o acordo precisa ser atraente para todas as partes. Logo, é de fundamental importância que os entes percebam que o direcionamento do procedimento para os seus próprios interesses, negando o respeito a qualquer direito do credor, é medida que se volta contra a própria Fazenda devedora, porque torna ilegítimo o ajuste e desestimula o cidadão a buscar o Poder Público para receber o crédito antecipadamente e com deságio.

A prefixação de um desconto forçado é medida atentatória contra a essência negocial do acordo administrativo. Falou-se no segundo capítulo sobre a consensualidade enquanto parâmetro indissociável do acordo e o quanto isto importa para a manutenção da paridade relacional público-privada. Tudo o que foi lá defendido é negado ou ignorado pelo regime jurídico-constitucional do acordo direto. O ajuste nada tem de negocial e paritário, revelando-se autoritário ao se mostrar, na prática, um acordo por adesão.

Outra grave constatação do autoritarismo e da falta de bilateralidade do acordo direto está na ausência de inclusão participativa do credor para debater sobre as margens de desconto. A começar por uma decisão do próprio CNJ, que inicialmente criou um limite de 50%, seguida pela atuação do STF, ao fixar, definitivamente, o percentual de 40%. Desta forma, o credor, que é a parte mais importante por ser o destinatário primeiro da medida, não foi ouvido para opinar se o percentual decidido era justo e se aceitava, de fato, o desconto a ele imputado. Os Poderes Executivo e Judiciário monopolizaram a discussão ao lado do setor econômico.

Por essas razões, conclui-se que o acordo direto, na forma em que previsto hoje, em verdade, é um instrumento usado para beneficiar o próprio ente devedor, revelando-se ilegítimo. A falta de legitimidade decorre justamente da exclusão do credor das discussões prévias à fixação de um deságio forçado.

Ainda, o texto constitucional falha ao não dispor sobre o dever de vinculação recíproca entre as partes, deixando de prever garantia ao credor de cumprimento dos termos do acordo direto pela Fazenda Pública.

Por fim, constatou-se que o uso do termo “conciliação”, para mencionar a criação de Câmaras ou Juízos de Conciliação de Precatórios, revela-se equivocado à luz da natureza jurídica negocial dos acordos administrativos e induz os agentes públicos a acreditarem que acordo direto em precatório seja sinônimo de conciliação. No entanto, como já se teve a oportunidade de argumentar, acordo e conciliação são institutos jurídicos infungíveis, não podendo ser confundidos ou tratados como sinônimos.

Tais conclusões teóricas, extraídas do sistema jurídico-constitucional do acordo direto em precatório, confirmaram-se também na prática, com a análise de conteúdo do desenho institucional-procedimental dos modelos concretizados por entes federativos brasileiros.

O primeiro ente público analisado foi o Município de São Paulo. A aplicação da matriz metodológica constatou a inexistência de correlação entre a prática normativa e procedimental dos acordos diretos em precatórios com o regime jurídico-dogmático dos acordos administrativos público-privados.

As razões, para tanto, decorrem do fato de que: a) inexistente consensualidade nos acordos firmados pelo Município de São Paulo, pois a.1) não há espaço para qualquer negociação; a.2) a proposta de acordo é prévia e unilateralmente elaborada pelo próprio ente devedor; e a.3) as condições do negócio, inclusive quanto aos valores, são

imperativamente impostas aos credores; b) a relação jurídica não é comutativa, denotando-se um grande e desproporcional desequilíbrio entre as vantagens da Fazenda Pública e os encargos do credor privado; c) o acordo direto não é sinalagmático, pois as obrigações são praticamente exclusivas do credor privado e os direitos quase todos do ente federativo devedor; d) a relação jurídica não é paritária, inexistindo deferência ou consideração aos direitos dos credores; e) por último, o procedimento é parcialmente elaborado para favorecer os interesses da Fazenda Pública devedora, não havendo qualquer indício de respeito aos princípios da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé objetiva.

Algumas sistemáticas adotadas pelo Município de São Paulo merecem atenção. A primeira delas é a constatação de uma espécie de “autoexoneração” de responsabilidade ao deixar de garantir solvência financeira para o pagamento dos acordos firmados. Observou-se que o ente age com enorme indiferença aos deveres de transparência, tornando o acordo uma verdadeira “roleta russa precatoriana”.

Outra constatação é a “autoblindagem” do Município de São Paulo quanto a eventuais responsabilidades decorrentes do procedimento de pagamento do acordo. Apesar de concluir que a Constituição Federal delegou a administração dos fundos dos precatórios para os Tribunais de Justiça, o estudo identificou certo oportunismo da Fazenda Pública ao transferir expressamente todo o ônus da fase final da negociação, precedente do acordo, para o Poder Judiciário, autoisentando-se de questionamentos futuros em face de eventuais atrasos ou inadimplementos. Ou seja, um órgão judicial que é mero administrador da conta pública, torna-se, no modelo analisado, corresponsável por compromissos assumidos diretamente pelo Município com o credor.

Ainda sobre o resultado do estudo analítico do acordo em precatório no âmbito do Município de São Paulo, equivalente observação conclusiva ocorre a respeito da elaboração unilateral do termo de acordo. Nele, além de informações e dados sobre a natureza, a titularidade, o número e a ordem cronológica do precatório, o credor deve: i) consentir com todos os dispositivos dos Decretos normativos regulamentadores do precatório municipal; ii) anuir com o fato de o procedimento de pagamento ser de responsabilidade do Poder Judiciário; iii) concordar com a retenção na fonte do Imposto de Renda; iv) autorizar plena quitação e extinção do precatório; e v) aceitar que, não obstante a assinatura do termo de acordo, somente receberá o crédito caso haja disponibilidade financeira.

Por último, deve-se salientar a antinomia do modelo de acordo do Município de São Paulo ao permitir o exercício do contraditório sobre os cálculos realizados pela

Câmara de Conciliação e, subsequentemente, de maneira contraditória, registrar a impossibilidade de o credor desistir da proposta após a publicação da lista definitiva e do seu envio ao Tribunal de Justiça. Constatou-se um perigoso cerceamento de defesa pela vedação de acesso do credor a qualquer instância de controle e revisão dos procedimentos. A Fazenda Pública torna-se, com isto, verdadeira soberana na construção procedimental do acordo direto em precatórios.

Em relação ao Estado de São Paulo, confrontadas as premissas da matriz metodológica com o modelo institucional-procedimental de acordo praticado pelo ente, conclui-se pela inexistência de correlação entre a prática normativa e procedimental dos acordos diretos em precatórios com a teoria dos acordos administrativos público-privados. Identificou-se: i) a absoluta falta de consenso na fixação das condições da proposta de acordo; ii) a inexistência de qualquer paridade jurídica que considere minimamente os direitos dos credores; iii) não haver vinculação jurídica obrigacional entre as partes; iv) que a procedimentalização do acordo é voltada exclusivamente para a proteção do interesse da Fazenda devedora; v) que inexiste transparência sobre a disponibilidade financeira, para o adimplemento dos acordos, tampouco sobre os procedimentos de habilitação e de classificação das propostas; vi) não haver garantias jurídicas de recebimento do crédito negociado; vii) finalmente, que os princípios da boa-fé objetiva, confiança legítima e segurança jurídica são desconsiderados pelo Estado de São Paulo.

Mais uma vez, foi possível denotar a tendência de divisão da responsabilidade negocial entre os Poderes Executivo e Judiciário, subestimando-se a competência exclusiva do Poder Executivo para assinar os termos do acordo e assumir obrigações diretas e vinculantes com o credor.

O Estado de São Paulo mostrou-se mais enfático do que o Município em relação à restrição dos direitos do credor. Um questionável dispositivo normativo publicado pelo ente institui que qualquer impugnação ao cálculo final, unilateralmente obtido pela PGE, ensejará imediata inabilitação do titular do precatório para a celebração do acordo, com a consequente remessa da discussão para o Poder Judiciário.

Do mesmo modo que no Município, o Estado de São Paulo não apresenta garantia ao credor de recebimento do valor acordado. A modelagem de convocar e assinar o termo de acordo, para depois concluir se o ente possui ou não condições de pagar pelo compromisso assumido, resulta em uma conduta afrontosa aos direitos dos credores e à boa-fé e incompatível com a lógica negocial dos acordos administrativos público-privados.

Como se não bastasse, o prazo (prorrogável) de noventa dias previsto em Decreto para a apreciação das propostas não se mostra consentâneo com os deveres de eficiência e celeridade da Administração Pública. O credor, que justamente busca o acordo para fugir da morosidade da ordem cronológica, vê-se diante de instrumento tão incerto e imprevisível quanto o próprio instituto do precatório. Pela lógica normativa do Estado de São Paulo, se o Poder Judiciário for muito ágil no gerenciamento dos pagamentos, um cidadão que com ele firmar um acordo receberá o seu crédito, no mínimo, em cinco meses.

O modelo adotado no âmbito estadual é mais burocrático e menos transparente se comparado ao disciplinado pelo Município de São Paulo. Todo o acesso eletrônico depende de cadastro prévio do advogado no portal de precatórios da PGE, para que se possa acessar um campo de “requerimento de acordo”. O credor, sozinho, não consegue acessar informações de seu crédito para previamente deliberar sobre as vantagens do ajuste e então conversar com o seu representante judicial.

Por seu turno, o desenho institucional-procedimental do acordo direto adotado pelo Estado de Minas Gerais tem exemplos importantes a serem ressaltados e outros a serem evitados. As medidas elogiáveis se dão quanto: a) à proceduralização objetiva das fases de habilitação e classificação das propostas; b) à transparência econômico-financeira, com a confirmação prévia da existência de saldo financeiro na conta bancária vinculada aos precatórios para o pagamento das propostas,⁹⁹⁴ evidenciando, assim, a existência de um feixe de transparência que precisa ser propagado nos demais entes federados brasileiros; c) à deferência (ainda tímida) ao interesse privado, a partir da exigência de concordância expressa do credor quanto aos cálculos dos precatórios, para a formalização final do acordo; e d) à estipulação de uma data para o pagamento dos ajustes em audiências de conciliação.

Dentre os modelos de acordos em precatórios analisados, a forma construída pelo Estado de Minas Gerais é uma das mais transparentes e organizadas. Isto não quer dizer, todavia, que seja simpatizante ao direito do credor ou que tenha uma proceduralização imparcial. De maneira um tanto contraditória, o Estado de Minas Gerais prevê nos Editais de convocação que, quanto ao cálculo do valor a ser pago, a formalização do acordo dependerá da concordância expressa de ambas as partes, credor e devedor. Na sequência, entretanto, assevera serem inadmitidas ressalvas de quaisquer espécies. Ora, ou se abre

⁹⁹⁴ Veja-se que neste caso o acordo ainda não foi concretizado. Assim, é viável que se condicione o ajuste à existência de fundo. No Município e no Estado de São Paulo tal diligência não é tomada e a conferência da existência ou não de disponibilidade financeira se dá apenas depois de encaminhado o procedimento para o pagamento pelo Tribunal de Justiça.

definitivamente o diálogo para respeitar o devido processo legal ou se nega a interferência participativa do cidadão no procedimento do acordo, assumindo-o como imperativo e autoritário.

O modelo de acordo implementado pelo Estado de Minas Gerais peca ao segregar os direitos do credor privado, protegendo exclusivamente os direitos da Fazenda Pública devedora. Isto impede qualquer conclusão que permita classificá-lo como consensual, paritário, sinalagmático, vinculante e imparcial. Tal se denota pelas disciplinas imperativas e verticais: i) de condicionamento prévio dos percentuais de negociação; ii) de classificação das propostas segundo o maior deságio, tornando o procedimento um verdadeiro leilão; iii) de inexistência de efeito jurídico ao pedido de habilitação do credor; iv) de ausência de garantia de pagamento do crédito acordado, mesmo após o encerramento da fase de classificação; v) de prazo certo para a vigência do procedimento, cujo vencimento torna ineficazes e decaídos os precatórios, habilitados e classificados, pendentes de pagamentos via acordo; vi) de ausência de participação colaborativa e cooperativa de agentes públicos representantes do Poder Executivo nas tratativas, transferindo-se as responsabilidades para o Poder Judiciário.

Quanto ao Estado do Rio Grande do Sul, o estudo do desenho institucional-procedimental revelou que, assim como os demais, o acordo por ele implementado é autoritário porque não permite negociação sobre os valores de deságio. Não é, também, paritário, sinalagmático e nem imparcial, porque direciona todos os deveres aos credores e todos os direitos ao ente federado devedor.

Há que se ressaltar, por outro lado, o elogiável exemplo de aproximação dialética tentado pela PGE, ao buscar mínima participação do credor nas chamadas “rodadas de conciliação”. Mesmo que passível de críticas por manter faticamente métodos e práticas impositivas, forçando condições realmente não negociadas pelas partes, é louvável a tentativa de inclusão participativa do credor pelo Estado do Rio Grande do Sul, ao procedimentalizar os acordos de maneira objetiva e transparente, organizando, no interior da Câmara de Conciliação de Precatórios, audiências com os credores. Embora, do ponto de vista técnico, não seja realmente uma conciliação, os encontros organizados pela PGE permitem aos credores acessos facilitados às informações de seus interesses.

Nesse sentido, frise-se que o Estado do Rio Grande do Sul ponderou por não convocar, genérica e amplamente, todos os credores para acordo. Optou por separar os precatórios em lotes, promovendo a convocação já com a prévia delimitação da

disponibilidade financeira. Isto ameniza a quebra da confiança legítima, fornece maior segurança e garante minimamente ao credor o recebimento final do crédito, sem surpresas ou armadilhas.

A conclusão final obtida é pela aderência mínima do acordo direto do Estado do Rio Grande do Sul ao regime dos acordos administrativos público-privados delineados nesta dissertação.

Por fim, repetindo os mesmos cenários acima, no desenho institucional-procedimental de acordo em precatório criado pelo Estado Paraná não se identificou qualquer indício de consensualidade, paridade jurídica e sinalagmatismo. A prática, dita “negocial”, segue autoritária e impositiva.

A estrutura implementada pelo Estado do Paraná é complexa e de difícil compreensão pelo cidadão comum. A razão está na opção política do ente de reunir, numa mesma Lei, diversos objetos, muitos dos quais estranhos ao procedimento do acordo como, por exemplo, o parcelamento tributário.

Ademais, a publicação de um procedimento específico via Decreto, para cada rodada de conciliação, dificulta a identificação de uma uniformidade procedimental do acordo paranaense. Embora se tenha demonstrado que os Decretos somente repetem o conteúdo da Lei estadual, alterando detalhes quanto à legitimidade do credor e às formas de comprovação da liquidez e exigibilidade do precatório, para o cidadão comum se pode transmitir a informação de que, para cada Decreto, há um novo e diferente regime jurídico de acordo, ensejando desconfiança e insegurança.

Por outro lado, um ponto positivo a ser destacado é a transparência e a consequente deferência (mínima) ao interesse privado verificadas por meio da previsão de prazo para pagamento dos acordos e da fixação de parcelamento dos valores remanescentes quando não houver saldo para o cumprimento de todas as obrigações assumidas. Nasce, assim, um começo de racionalidade garantista ao credor, permitindo confiança e segurança de que o procedimento será encerrado, de um jeito ou de outro, com o acordo honrado pela Fazenda Pública.

Outra importante conclusão do modelo institucional-procedimental paranaense é a designação de contraditório em face do parecer preliminar proferido pela Câmara de Conciliação. Como se viu, após o indeferimento do requerimento de acordo, ao credor é concedido prazo para a correção de eventual equívoco apontado pela PGE. Sem dúvida, referida permissão é um feliz indício de respeito ao devido processo legal.

Por essas razões, a conclusão é pela aderência mínima do acordo direto do Estado do Paraná com a dogmática dos acordos administrativos público-privados.

Enfim, confrontada a teoria com a prática, o diagnóstico final é de que os acordos diretos em precatórios adotados atualmente pelos entes federados não podem ser chamados de “acordo administrativo”, pois são dissonantes com a teoria do acordo administrativo delineada neste trabalho.

Para suprir essas incompatibilidades jurídico-dogmáticas e equilibrar o regime do acordo direto com a teoria do acordo administrativo sugerida nesta dissertação, é prudente a internalização dos parâmetros fundamentais delineados no segundo capítulo aos negócios firmados no âmbito dos precatórios.

Portanto, para que o acordo direto em precatório possa ser juridicamente classificado como espécie do gênero “acordo administrativo”, é oportuno o aperfeiçoamento do texto constitucional, por meio de uma nova emenda constitucional, prevendo:

A) Que a reserva de consenso seja respeitada, com a criação de um verdadeiro processo de negociação antecessor à formalização do pacto, nos termos do subtópicos 2.1 e 2.2.3 do segundo capítulo. Crucial, para tanto, é disciplinar para todas as fases do acordo direto em precatório os parâmetros formais e materiais de um devido processo legal “cheio”, no qual o credor tenha o direito de participar ativa e influentemente de todas as decisões e medidas administrativas tomadas ao longo da relação jurídica público-privada;

B) Que as prerrogativas administrativas e os demais direitos e obrigações das partes compromissárias estejam objetivamente previstos no termo de acordo, contendo: b.1) a previsão de reciprocidade e consequente equilíbrio entre as vantagens e os ônus dos sujeitos; b.2) os prazos para o cumprimento das obrigações; b.3) as condições de retirada da Fazenda Pública do negócio com a expressa determinação dos momentos admitidos para a adoção de soluções exorbitantes; b.4) as garantias jurídicas e econômicas ao recebimento do crédito pelo credor e as responsabilidades das partes pelo descumprimento do acordo;

C) Que ao acordo direto em precatório seja concedido efeito jurídico vinculante, ficando os envolvidos obrigados juridicamente ao que consensualmente negociaram;

D) A designação do agente público competente para negociar e assinar o ajuste, sendo concedida imediata eficácia jurídica ao acordo direto, independentemente da anuência homologatória de terceiros. Dito de outro modo, uma nova emenda constitucional

deve assegurar que o órgão de controle aja com deferência em relação ao pacto, ficando impossibilitado de revisar o mérito do acordo, consensualmente negociado, senão para verificar a observância de seus parâmetros fundamentais.

Ato contínuo, como forma de respeito à paridade jurídica, o debate no entorno da política legislativa de limitação do deságio precisa ser reaberto com o fim de se promover um diálogo público-privado entre o Legislativo, o Judiciário, as Fazendas devedoras e, principalmente, os credores de precatórios. Levando-se em consideração a patrimonialidade e a disponibilidade do direito em discussão, não se pode admitir que o Poder Judiciário, sozinho, decida qual é o limite máximo de desconto imputado ao credor.

Finalmente, a atual autonomia para a criação de procedimento geral para o acordo direto, por meio de ato infralegal, concedida sem ressalvas aos entes devedores, precisa de urgente revisão por causar risco iminente à imparcialidade e à impessoalidade do pacto. É essencial a calibragem da competência regulamentar do Poder Executivo pelo Poder Legislativo, com o estabelecimento de parâmetros de observância obrigatória pelos entes devedores, como forma de garantir uniformidade sistemática ao acordo.

Com isso, ao se aproximar do gênero “acordo administrativo”, espera-se que o acordo direto possa resgatar as funcionalidades procedimental e material do precatório, viabilizando o curso normal de seu pagamento.

Anteriormente, a via exclusiva de quitação da dívida pública judicial era a da ordem cronológica. Assim, mesmo possuindo um direito disponível, o credor se tornava prisioneiro de um procedimento formalmente rígido. Agora, comemorados trinta anos de vigência da Constituição, a abertura constitucional para o acordo privilegia a vontade livre do credor de negociar com a Fazenda Pública devedora o recebimento antecipado do crédito. Como consequência, o cenário obscuro de outrora, formado pelo inadimplemento quase absoluto da dívida pública, torna-se iluminado e o precatório retoma, ainda que parcialmente, a sua função originária. Em suma, o acordo proporciona um novo equilíbrio para o pagamento do débito judicial, modernizando e trazendo luz sobre o precatório.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, José. **O negócio jurídico e sua teoria geral**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

AGOTTANI, Diogo Zelak. **Dívida pública e precatórios**: a evolução do débito e os regimes especiais de pagamentos. Dissertação (Mestrado em Direito). 2018. 188 f. Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ALFONSO, Luciano Parejo. La terminación convencional del procedimiento administrativo como forma alternativa de desarrollo de la actividad unilateral de la administración. In: _____. **Eficacia y administración**: tres estudios. Madrid: INAP, 1995.

_____. Los Actos Administrativos Consensuales en el Derecho Español. A&C **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, ano 3, n. 13, jul. / set. 2003.

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. **Contratos administrativos**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. Princípios da Administração Pública e segurança jurídica. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). **Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

_____. Mecanismos de consenso no Direito Administrativo. In: ARAGÃO, Alexandre dos Santos; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (coords). **Direito administrativo e seus novos paradigmas**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

ARAGÃO, Alexandre Santos de; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. As ações do Ministério Público em matéria de regulação e a importância dos instrumentos consensuais. **Revista Interesse Público**, Belo Horizonte, ano 14, n. 75, set./out. 2012.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. A consensualidade no Direito Administrativo. Acordos regulatórios e contratos administrativos. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 42, n. 167, jul./set. 2005.

_____. As Parcerias Público-Privadas – PPP's no Direito positivo brasileiro. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, Salvador, Bahia, n. 2, mai/jun/jul de 2005.

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Do negócio jurídico administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ÁVILA, Humberto. **Segurança jurídica**: entre permanência, mudança e realização no direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2011.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico. Existência, validade e eficácia**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. A Administração Pública entre o direito público e o direito privado. **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, ano 4, n. 8, jul./dez. 2011.

_____. **Processo administrativo disciplinar**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. A estabilidade do ato administrativo criador de direitos à luz dos princípios da moralidade, da segurança jurídica e da boa-fé.

A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 10, n. 40, p. 291-313, abr./jun. 2010.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 15^a ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BARDIN, Luarence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS FILHO, Wilson Accioli de. O estado de necessidade administrativa e o controle de legalidade na Administração Pública: desafios operacionais em um país de dimensões continentais. **Revista Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 18, n. 209, p. 87-100, jul. 2018.

BASILAVECCHIA, Massimo. Autorità e consenso: un confronto tra azione amministrativa e azione impositiva. In: MATTEUCCI, Stefano Civitarese; FREDERICO, Lorenzo del. **Azione amministrativa ed azione impositiva tra autorità e consenso**. Milano: FrancoAngeli, 2010.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **Transações administrativas**: um contributo ao estudo do contrato administrativo como mecanismo de prevenção e terminação de litígios e como alternativa à atuação administrativa autoritária, no contexto de uma administração pública mais democrática. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; CAMPOS, Sarah. A Administração Pública consensual na modernidade líquida. **Revista Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 14, n. 155, p. 31-43, jan. 2014.

BEVIR, Mark. **Governance: a very short introduction**. London: Oxford, 2012.

BIANCO, Guilherme; BRUTO, Marcelo; FONSECA, Marcelo; SANTES, Marcelo; FERREIRA, Rafael. **O outro lado do “crime e castigo” (ou “dos méritos do**

PL 7448”). Disponível em: <http://www.cafecolombo.com.br/ideias/o-outro-lado-do-crime-e-castigo-ou-dos-meritos-do-pl-7448/>. Acesso em 21 de agosto de 2018.

BITENCOURT NETO, Eurico. Transformações do Estado e a Administração Pública no século XXI. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba. vol. 4, n. 1, jan./abr. 2017

BOBBIO, Luigi. As arenas deliberativas. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, jan./mar. 2007.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.357-DF**. Rel. Min. Ayres Britto. Rel. Min. para acórdão Luiz Fux. j. 14 mar. 2013, DJe-188 26 set. 2014.

_____. **Questão de Ordem na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.425-DF**. Rel. Min. Luiz Fux. j. 25 mar. 2015, DJe-152 04 ago. 2014.

_____. **Intervenção Federal n. 2.915-SP**. Rel. Min. Marco Aurélio. j. 03 fev. 2003, Dj em 28 nov. 2003.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso em Mandado de Segurança n. 45.336-RN**. Rel. Min. Sérgio Kunika. j. 19 nov. 2015, DJe 7 dez. 2015.

CABRAL DE MONCADA, Luiz S. **Autoridade e Consenso na Teoria do Acto Administrativo**. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

CALMON FILHO, Petrônio. Execução contra a Fazenda Pública e penhora de bens públicos proposta do instituto brasileiro de direito processual para a reforma do artigo 100 da Constituição Federal. In: SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. (Coord). **Execução contra a Fazenda Pública**. Brasília: Centro de Estudos Judiciários, CJF, 2003.

CAMARGO, Ricardo Antonio Lucas. **Mercado de precatórios e crédito tributário**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008.

CANÁRIO, Pedro. **Entrevista ao Conjur pelo ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp. "Acordo de leniência é entre Administração e empresa e ninguém mais, nem o MP"**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-out-02/entrevista-gilson-dipp-ministro-aposentado-stj-advogado>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARDOSO, David Pereira. Os acordos substitutivos no Direito Administrativo. Negócio jurídico privado, contrato de direito público ou ato administrativo bilateral? **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, ano 13, n. 49, p. 59-77, jan./mar. 2015.

CARNAES, Mariana. **Compromisso de ajustamento de conduta e eficiência administrativa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

CARVALHO, André Castro. **Vinculação de Receitas Públicas e princípio da não afetação: usos e mitigações**. Dissertação (Mestrado em Direito). 2010. 253 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, Eliane; MATION, Gisela. **Arbitragem e Administração Pública: novos desafios** Apesar de atrair investimentos e reduzir custos de contratos, método fará crescer filas de pagamentos de precatórios. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/arbitragem-e-administracao-publica-novos-desafios-20072015>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

CASSESE, Sabino. **A crise do Estado**. Trad. Ilse Paschoal Moreira e Fernanda Landucci Ortale. Campinas: Saberes Editora, 2010.

_____. As Transformações do Direito Administrativo do século XIX ao XXI. **Revista Interesse Público**, Belo Horizonte, ano 6, n. 24, mar./abr. 2004.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de; FIGUEROA, Rodrigo Ochoa. Breve ensaio sobre o consensualismo na Administração Pública e o contraponto entre o modelo burocrático e responsável (“gerencial”). **A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 13, n. 51, p. 187-203, jan./mar. 2013.

CATALÀ, Joan Prats i. **De la burocracia al management, Del management a la governanza. Las transformaciones de las Administraciones Públicas de nuestro tiempo**. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 2005.

CHEVALLIER, Jacques. **O Estado de Direito**. Trad. Antonio Dall Pozzo e Augusto Neves Dal Pozzo. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

_____. **El Estado posmoderno**. Ebook Kindle. Tradução de Oswaldo Pérez. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2011.

_____. A governança e o Direito. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, ano 3, n. 12, out./dez. 2005.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Estado Constitucional, Neoconstitucionalismo e Tributação**. Disponível em: <http://principo.org/estado-constitucional-neoconstitucionalismo-e-tributaco1.html>. Acesso em 30 de julho de 2018.

CONTI, José Maurício. Não falta dinheiro à Administração Pública, falta gestão. In: _____. **Levando o Direito Financeiro a sério. A luta continua**. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2018.

_____. Devo, não nego: o Direito Financeiro e o Dilema da dívida pública. In: _____. **Levando o Direito Financeiro a sério. A luta continua**. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2018.

_____. O governo também te deve? Escolha a fila e entre nela! In: _____. **Levando o Direito Financeiro a sério. A luta continua**. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2018.

_____. No samba dos precatórios, quem dança são os credores!
 In: _____. **Levando o Direito Financeiro a sério. A luta continua.** 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2018.

CORREIA, Jorge Alves; ISENBERG, Andreas. **Lei Alemã de Procedimento Administrativo.** Guia de leituras e anotações. Coimbra: Almedina, 2016.

COUTO, Leonardo Lício do. **Parecer. AGU. Processo administrativo n. 00407.001306/2009-57.** Disponível em: www.agu.gov.br/page/download/index/id/25049633. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

CRETELLA JÚNIOR, José. Negócio jurídico administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 164, p. 29-49, fev. 1986.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **A Fazenda Pública em juízo.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

_____. **A arbitragem e a Administração Pública.** Disponível em: <http://www.leonardocarneirodacunha.com.br/opinioao/opinioao-47-a-arbitragem-e-a-administracao-publica-2/>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

DALLARI, Adilson de Abreu. Acordo para recebimento de crédito perante a fazenda pública. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 239, p. 177-192, 2005.

DANTAS, Francisco Wildo Lacerda. **Execução contra a Fazenda Pública. Regime de precatório.** 2ª ed. São Paulo: Método, 2010.

DEBBASCH, Charles. Le droit administratif, droit dérogatoire au droit commun?
 In: MÉLANGES René Chapus. **Droit Administratif.** Paris: Montchrestien, 2002.

DELGADO, José Augusto. Precatório judicial e evolução histórica. Advocacia administrativa na execução contra a Fazenda Pública. Impenhorabilidade dos bens

públicos. Continuidade do serviço público. In: SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. (Coord). **Execução contra a Fazenda Pública**. Brasília: Centro de Estudos Judiciários, CJP, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 26^a ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DI SALVO, Sílvia Helena Picarelli Gonçalves Johonsom. **O desenho institucional e procedimental da mediação na Administração Pública brasileira: o estudo de caso da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF (2010-2015)**. 2016. 289 fls. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Acordos administrativos. Reflexões e apontamentos para a revisão da legislação dos contratos administrativos. **Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, ano 13, n. 145, jan. 2014.

DUGUIT, Léon. **Manuel de Droit Constitutionnel**. Paris: E. de Boccard Éditeur, 1923.

ESTORNINHO, Maria João. **Requiem pelo contrato administrativo**. Coimbra: Almedina, 2003.

FAIM FILHO, Eurípedes Gomes. **Requisitórios. Precatórios e Requisições de Pequeno Valor**: um tema de Direito Financeiro. Tese (Doutorado em Direito). 2014. 277 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERRAZ, Luciano. Termos de Ajustamento de Gestão. **Revista Brasileira de Direito Público**, Belo Horizonte, ano 8, n. 31, out./dez. 2010.

FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3^a ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby; SCHOLZE, Victor. A solução consensual de conflitos na Administração Pública promovida pelo novo Código de Processo Civil. **Revista Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 15, n. 176, out. 2015.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Como chegar ao sim. Negociação de acordos sem concessões**. Trad. Vera Monteiro e Ana Luiza Borges. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

FLORENZANO, Vincenzo Demetrio. A Emenda Constitucional n. 30, de 13.09.2000, sob a perspectiva da análise econômica do Direito. In: VAZ, Orlando (org). **Precatórios: problemas e soluções**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

FRANÇA, Maria Adelaide de Campos. **Parcerias Público-Privadas: repartição objetiva de riscos**. Tese (Doutorado em Direito). 2011. 170 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREIRE, José Nantala Badue. **As barreiras da execução de sentença arbitral contra a Fazenda Pública**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/as-barreiras-da-execucao-de-sentenca-arbitral-contra-a-fazenda-publica/>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

GABBAY, Daniela; FALECK, Diego; TARTUCE, Fernanda. **Meios alternativos de solução de conflitos**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

GABBAY, Daniela Monteiro. Negociação. In: RICHA, Morgana de Almeida; PELUSO, Antonio Cezar (Coords). **Conciliação e mediação: estruturação da política judiciária nacional**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **Mediação & Judiciário no Brasil e nos EUA. Condições, Desafios e Limites para a institucionalização da Mediação no Judiciário**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

GAETANI, Francisco. Governança corporativa no setor público. In: LINS, João; MIRON, Paulo. (Coords). **Gestão pública: melhores práticas**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. **A governabilidade da administração em jogo**. Disponível em: <https://www.valor.com.br/opiniao/5468781/governabilidade-da-administracao-em-jogo>. Acesso em 23 de agosto de 2018.

GARCIA, André Almeida. **Repensando o processo contra o Poder Público**. Tese (Doutorado em Direito). 2014. 170 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo; FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. **Curso de Direito Administrativo**. v. 1. Tradução José Alberto Froes Cal. São Paulo: RT, 2014.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. **Revolution Française et Administration Contemporaine**. Paris: Economica, 1986.

GARDINI, Gianluca. Azione amministrativa e azione impositiva tra autorità e consenso. In: MATTEUCCI, Stefano Civitarese; FREDERICO, Lorenzo del. **Azione amministrativa ed azione impositiva tra autorità e consenso**. Milano: FrancoAngeli, 2010.

GAROFANO, Rafael Roque. **A consensualidade dos contratos administrativos: do regime estatutário para a parceria contratual**. Dissertação (Mestrado em Direito). 2014. 377 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GIANNINI, Massimo Severo. **El Poder Publico: Estados y Administraciones Publicas**. Madrid: Civitas, 1991.

GOMES, Orlando. **Contrato de adesão. Condições gerais dos contratos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. Vol. III. São Paulo: Saraiva, 2004.

GONÇALVES, Cláudio Cairo. O princípio da consensualidade no Estado Democrático de Direito – uma introdução. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 232, p. 105-114, abr. 2003.

GRECO FILHO, Vicente. **Da execução contra a Fazenda Pública**. São Paulo: Saraiva, 1986.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Os métodos consensuais de solução de conflitos no novo CPC. In: BONATO, Giovanni. (Coord.) **O novo código de processo civil. Questões controvertidas**. São Paulo: Atlas, 2015.

GUIMARÃES, Bernardo Stobel. Por uma Administração responsável ou da inviabilidade de a atuação administrativa impor ao particular o regime de precatórios. In: ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; MIGUEL, Luiz Felipe Hadlich; SCHIRATO, Vitor Rhein. **Direito público em evolução: estudos em homenagem à professora Odete Medauar**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. PPP. **Parceria Público-Privada**. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Quem controla o controlador?**
Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/quem-controla-o-controlador/>. Acesso em 21 de agosto de 2018.

_____. O Direito Administrativo do Medo: a crise da ineficiência pelo controle. **Revista Colunistas Direito do Estado**, Ano 2016, n. 71.
Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/fernandovernalha-guimaraes/o-direito-administrativo-do-medo-a-crise-daineficiencia-pelo-controle>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

HARADA, Kiyoshi. **Inconstitucionalidade do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas.** Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/18939-18940-1-PB.pdf>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

JORDÃO, Eduardo. Por mais realismo no controle da administração pública. **Revista Colunistas Direito do Estado.** Ano 2016, n. 183. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/Eduardo-Jordao/por-mais-realismo-no-controle-da-administracao-publica>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

JUNQUEIRA, André Rodrigues. **Arbitragem na Administração Pública:** estudo de caso sobre a eficiência do instituto nas Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Direito). 2017. 315 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JUSTEN FILHO, Marçal; NASCIMENTO, Carlos Valder do. **Emenda dos precatórios. Fundamentos de sua Inconstitucionalidade.** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo.** 7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

_____. **O Direito das Agências Reguladoras independentes.** São Paulo: Dialética, 2002.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

KIRKBY, Mark Bobela-Mota. **Contratos sobre o exercício de poderes públicos. O exercício contratualizado do poder administrativo de decisão unilateral.** Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

LARA, Mariana Alves. Os novos rumos da mediação no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 111, p. 503-525, junho, 2017.

LEITÃO, Alexandra. **Contratos interadministrativos**. Coimbra: Almedina, 2011.

LEMES, Selma Ferreira. **As Medidas Cautelares Antes ou no Curso da Arbitragem**. Disponível em: http://selmalemes.adv.br/artigos/artigo_juri24.pdf. Acesso em 04 de fevereiro de 2019.

LEMOS, Bruno Espiñeira. **Precatório. Trajetória e desvirtuamento de um instituto. Necessidade de novos paradigmas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

LEWANDOWVSKI, Ricardo. **Conceito de devido processo legal anda esquecido nos últimos tempos**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-set-27/lewandowski-conceito-devido-processo-legal-anda-esquecido>. Acesso em 18 de setembro de 2018.

LIMA, Mariana Sciesleski de. Fundamentos para uma Administração Pública dialógica. **Revista Perspectiva. Erechim**, v. 34, n. 126, p. 73-84, junho. 2010.

LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina. **A execução contra a Fazenda Pública. Precatórios trabalhistas**. São Paulo: LTr, 2004.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Devido processo legal substancial. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 15, v. 22, nov. 2006.

LUHMANN, Niklas. **Confianza**. Trad. Amada Flores. Santiago: Anthropos Universidad IberoAmericana, 1996.

MACHADO, João Baptista. **Participação e descentralização: democratização e neutralidade na Constituição de 76**. Coimbra: Almedina, 1982.

MACHETE, Pedro. **Estado de Direito Democrático e Administração Paritária**. Coimbra: Almedina, 2007.

MARASCHIN, Márcia Uggeri. (Coord.). **Manual de negociação baseado na teoria de Harvard. Escola da Advocacia Geral da União – AGU**. Brasília: EAGU, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme. Direito fundamental de ação. In: CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. (Coord.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Do contrato administrativo à administração contratual. **Revista do Advogado**, São Paulo, ano XXIX, n. 107, p. 74-82, dezembro. 2009.

_____. A Bipolaridade do Direito Administrativo e sua Superação. In: SUNDFELD, Carlos Ari; JURKSAITIS, Guilherme Jardim (orgs). **Contratos Públicos e Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. Os grandes desafios do controle na Administração Pública. In: MODESTO, Paulo. (Coord.). **Nova organização administrativa brasileira**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

_____. Princípios do processo administrativo. **Revista Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 4, n. 37, mar. 2004.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; FREITAS, Rafael Vêras de. **A Lei 13.655/2018 e os novos paradigmas para os acordos substitutivos**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-11/opinioao-lindb-paradigmas-acordos-substitutivos>. Acesso em 17 de agosto de 2018.

MARRARA, Thiago. **Sistema brasileiro de defesa da concorrência: organização, processos e acordos administrativos**. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTÍNEZ, Agustí Cerrillo i. Prólogo. **La gobernanza hoy: 10 textos de referencia**. 1.^a ed. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 2005.

MARTINS-COSTA, Judith. **A re-significação do princípio da segurança jurídica na relação entre o Estado e os cidadãos: a segurança como crédito de confiança**. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/641/821>. Acesso em 30 de julho de 2018.

MARTINS-COSTA, Judith. **A Proteção da Legítima Confiança nas Relações Obrigacionais entre a Administração e os Particulares**. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/72644/41116>. Acesso em 02 de agosto de 2018.

MAURER, Harmut. **Direito administrativo geral**. Trad. Luís Afonso Heck. 14^a ed. Barueri: Manole, 2006.

MAZZOLA, Marcelo; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Poder Público não burla precatórios com pagamento voluntário em arbitragem**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-dez-18/poder-publico-nao-burla-precatórios-pagamento-arbitragem>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 18^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. **O direito administrativo em evolução**. 3^a ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017.

_____. **O direito administrativo em evolução**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

_____. **A processualidade no direito administrativo**. 2^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MEDAUAR, Odete; SCHIRATO, Vitor Rhein. (Coord.). **Os caminhos do ato administrativo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42^a ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

_____. Formação, efeitos e extinção dos atos administrativos negociais. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 158, p. 15-19, jan. 1984.

MENDES, Gilmar Ferreira. Comentários ao art. 5º, LIV da Constituição Federal. In: CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. (Coord.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

MENDOZA, Xavier y Alfred VERNIS. El Estado relacional y la transformación de las administraciones públicas. In: LONGO, Francisco y Tamyko YSA (Ed.). **Los escenarios de la gestión pública del siglo XXI**. Barcelona: Bellaterra, 2008.

MIGUEL, Luiz Felipe Hadlich. **As garantias dadas ao particular nas Parcerias Público-Privadas**. Dissertação (Mestrado em Direito). 2009. 145 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MIRAGAYA, Rodrigo Bracet. **Os meios de conformação das relações jurídicas no direito administrativo: entre atos unilaterais e contratos**. Tese (Doutorado em Direito). 2016. 305 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **A proteção da confiança legítima como princípio fundamental no Direito Administrativo atual**. Dissertação (Mestrado em Direito). 2010. 221 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORAND-DEVILLER, Jacqueline. As mutações do Direito Administrativo francês. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, ano 12, n. 50, out./dez. 2012.

MOREIRA, Egon Bockmann; GRUPENMACHER, Betina Treiger; KANAYAMA, Rodrigo Luís; AGOTTANI, Diogo Zelak. Precatórios. O seu novo regime jurídico. **A visão do Direito Financeiro, integrada ao Direito Tributário e ao Direito Econômico**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MOREIRA, Egon Bockmann. Atos administrativos negociais. In: JUSTEN FILHO, Marçal et al. (orgs). **O Direito administrativo na atualidade: estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles (1917-2017)**, defensor do Estado de Direito. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. **Processo administrativo. Princípios Constitucionais e a Lei 9784/1999**. 4ª ed. Malheiros, 2010.

_____. O novo Código de Processo Civil e sua aplicação no processo administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 273, p. 131-334, set. 2016.

_____. Crescimento econômico, discricionariedade e o princípio da deferência. **Revista Colunistas Direito do Estado**, Ano 2016, n. 168. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/egon-bockmann-moreira/crescimento-economico-discricionariedade-e-o-principio-da-deferencia>. Acesso em 17 de agosto de 2018.

_____. **Administração Pública, arbitragem e controle externo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/colunistas/egon-bockmann-moreira/administracao-publica-arbitragem-e-controle-externo-4716pmigha5z0l6u2zw07v28d/>. Acesso em 17 de agosto de 2018.

_____. **Tribunais de Contas podem controlar os acordos de leniência?** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/colunistas/egon-bockmann-moreira/tribunais-de-contas-podem-controlar-acordos-de-leniencia-77we8fvgzumzr9nykivxoond3/>. Acesso em 08 de outubro de 2018.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. Novos institutos consensuais da ação administrativa. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 231, jan./mar. 2003.

MOURA, Emerson Affonso da Costa; MARANHÃO, Juliana Campos. O princípio do devido processo legal e as prerrogativas da Administração Pública: a garantia do processo administrativo formal e substancial na demissão do servidor público. **Revista Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 17, n. 191, p. 20-30, jan. 2017.

NAPOLITANO, Giulio. **La logica del diritto amministrativo**. Bologna: Il Mulino, 2014.

NETTO, Luísa Cristina Pinto e. Interesse Público e Administração Concertada. **Revista Brasileira de Direito Municipal**, Belo Horizonte, ano 5, n. 12, abr/jun. 2004.

NEVES, Cleuler Barbosa das; FILHO, Marcílio da Silva Ferreira. Contrapesos de uma Administração Pública consensual: legalidade versus eficiência. **Revista Interesse Público**, Belo Horizonte, ano 19, n. 103, maio/jun. 2017.

NIEBURH, Joel de Menezes; NIEBURH, Pedro de Menezes. **Administração Pública do Medo**. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/administracao-publica-do-medo-09112017>. Acesso em 17 de agosto de 2018.

NOAH, Lars. Administrative arm-twisting in the shadow of Congressional delegations of authority. **Wisconsin Law Review**, 1997.

NOHARA, Irene Patrícia. Consensualidade e gestão democrática do interesse público no Direito Administrativo contemporâneo. **Revista Interesse Público**, Belo Horizonte, ano 15, n. 78, mar./abr. 2013.

NORONHA, Fernando. **O direito dos contratos e seus princípios fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1994.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. **Precatórios. Aspectos administrativos, Constitucionais, Financeiros e Processuais**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2005.

OLIVEIRA, Beatriz Lancia Noronha de. **A arbitragem nos contratos de parceria público-privada**. Dissertação (Mestrado em Direito). 2012. 156 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Princípios do contraditório e da ampla defesa. In: CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. (Coord.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013, p. 433.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. **Contrato de gestão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. Administração pública democrática e a efetivação dos direitos fundamentais. In: _____. **Direito Administrativo Democrático**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

_____. Governança Pública e Parcerias do Estado: a relevância dos acordos administrativos para a nova gestão pública. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador, Bahia Número 23. set./out./nov., 2010.

_____. “Convênio é acordo, mas não é contrato”: contributo de Hely Lopes Meirelles para a evolução dos acordos administrativos no Brasil. In: JUSTEN FILHO, Marçal et al. (orgs). **O Direito administrativo na**

atualidade: estudos em homenagem ao centenário de Hely Lopes Meirelles (1917-2017), defensor do Estado de Direito. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. **Mediação, Conciliação e Arbitragem na Administração Pública.** Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/mediacao-conciliacao-e-arbitragem-na-administracao-publica/7135>. Acesso em 03 de agosto de 2017.

_____. **Hiperativismo do controle versus inércia administrativa.** Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/hiperativismo-do-controle-versus-inercia-administrativa-18042018>. Acesso em 23 de agosto de 2018.

_____. As audiências públicas e o processo administrativo brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 209, p. 153-167, jul./set. 1997.

_____. **Arbitragem com contratos públicos exigirá publicidade e análise de impacto.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jul-29/entrevista-gustavo-justino-professor-usp-arbitro>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

_____. **Especificidades do processo arbitral envolvendo a Administração Pública.** Tomo Direito Administrativo e Constitucional, Edição 1, Abril de 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/49/edicao-1/especificidades-do-processo-arbitral-envolvendo-a-administracao-publica>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de; BARROS FILHO, Wilson Accioli de. A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) como experiência cooperativa interinstitucional de governo aberto no Brasil. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ARAÚJO, Glaucio Roberto Brittes de; LIVIANU, Roberto; PASCOLATI JUNIOR, Ulisses Augusto (coords.). **48 visões sobre corrupção.** São Paulo: Quartier Latin, p. 305-335, 2016.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de; SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Justa causa e juízo de prelibação (admissibilidade) na ação de Improbidade Administrativa: proteção e preservação dos direitos e garantias dos requeridos frente à busca de maior eficiência judicial no combate à corrupção na era da Operação Lava Jato. **Revista Síntese: Direito Administrativo**, São Paulo, v. 12, n. 141, p. 311-326, set. 2017.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de; CARVALHO, Daniel Bulha de. **Arbitragem nos contratos de gestão das organizações sociais Matéria usual nos contratos de concessões e nas parcerias público-privadas de infraestrutura**. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/arbitragem-nos-contratos-de-gestao-das-organizacoes-sociais-15112018>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro**. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. **Sanção e acordo na administração pública**. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. A consensualidade na Administração Pública e seu controle judicial. In: GABBAY, Daniela Monteiro; TAKAHASHI, Bruno. (coord). **Justiça Federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2014.

_____. Devido processo legal na consensualidade administrativa. In: SCHIRATO, Vitor Rhein (coord). **Estudos atuais sobre ato e processo administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

_____. **A proposta de lei da segurança jurídica na gestão e do controle públicos e as pesquisas acadêmicas**. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/wp/wp-content/uploads/2018/04/PALMA-Juliana-A-proposta-de-lei-da-seguran%C3%A7a-jur%C3%ADica.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

_____. Art. 26 da LINDB. Novo regime jurídico de negociação com a Administração Pública. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, Edição Especial: Direito Público na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB (Lei nº 13.655/2018), p. 135-169, nov. 2018.

_____. Como a teoria do ato administrativo pode ser aproveitada na prática da consensualidade? In: MEDAUAR, Odete; SCHIRATO, Vitor Rhein. **Os caminhos do ato administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PATTI, Loredana. **Gli accordi tra i privati e la pubblica amministrazione**. Tese (Doutorado em Direito). 2011. 230 f. Facoltà di Scienze Politiche, Università degli Studi di Catania, Catania, Itália.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. III. Contratos. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

PEREIRA, Pedro Miguel Matias. **Os poderes do contraente público no código dos contratos públicos**. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

PEREZ, Marcos Augusto. O negócio jurídico administrativo. In: MEDAUAR, Odete; SCHIRATO, Vitor Rhein. **Os caminhos do ato administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PERLINGEIRO, Ricardo. O devido processo legal administrativo e a tutela judicial efetiva. Um novo olhar? **Revista de Processo: RePro**, São Paulo, v. 40, n. 239, p. 293-331, jan. 2015.

PIRES, Luis Manuel Fonseca. A estabilidade como atributo do ato administrativo. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). **Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

RAMÍREZ-ALUJAS, Álvaro V. Gobierno abierto es la respuesta: ¿Cuál era la pregunta? In: **Revista Más Poder Local**, n. 12. Redes Sociales y Gobernanza, 2012, p. 15.

Disponível em: <http://www.maspoderlocal.es/files/articulos/92-F50524f44921347571524-articulo-1.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2016.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

REIS, Sebastião Alves dos. Precatório judicial e cessão de crédito. In: VAZ, Orlando (org). **Precatórios: problemas e soluções**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

REUBEN, Richard. Constitutional Gravity: a Unitary Theory of Alternative Dispute Resolution and Public Civil Justice. **UCLA. Rev.**, vol. 47.

RIVERO, Jean. **Direito administrativo**. Coimbra: Almedina, 1981.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Princípios constitucionais do processo administrativo no Direito Brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 209, 189-222, jul./set. 1997.

RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

RODRIGUES, Marco Antonio. **A Fazenda Pública no Processo Civil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Trad. Ana Coimbra e Januário Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.

ROSA, Josimar Santos. **Contrato de adesão**. São Paulo: Atlas, 1994.

ROSILHO, André Janjácomo. **Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas da União**. Tese (Doutorado em Direito). 2016. 358 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SADDY, André; GRECO, Rodrigo Azevedo. Termo de ajustamento de conduta em procedimentos sancionatórios regulatórios. **Revista de informação legislativa**, v. 52, n. 206, p. 165-203, abr./jun. 2015.

SANTIAGO, Igor Mauler. **São Paulo dribla a Constituição e barra a quitação de tributos com precatórios**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jan-30/consultor-tributario-sp-dribla-constituicao-barra-quitacaode-tributos-precatorios>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

SANTOS, Bruno Grego dos. **Transação extrajudicial na Administração Pública**. Tese (Doutorado em Direito). 2015. 348 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCAFF, Fernando Facury; ANDRADE, Cesar Augusto Seijas de. A dívida pública com precatórios após 10 anos da LRF. In: _____; CONTI, José Maurício. **Lei de Responsabilidade Fiscal. 10 anos de vigência. Questões atuais**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

SCIULLO, Girolamo. Teoria e dogmatica degli accordi amministrativi. In: MATTEUCCI, Stefano Civitarese; FREDERICO, Lorenzo del. **Azione amministrativa ed azione impositiva tra autorità e consenso**. Milano: FrancoAngeli, 2010.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. **Diálogos público-privados: da opacidade à visibilidade na administração pública**. Tese (Doutorado em Direito). 2017. 377 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHIRATO, Vitor Rhein. Repensando a pertinência dos atributos dos atos administrativos. In: MEDAUAR, Odete; SCHIRATO, Vitor Rhein. (Coord.). **Os caminhos do ato administrativo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. As partes do processo administrativo: os papéis da Administração Pública na Lei Federal de Processos Administrativos. **A&C Revista de**

Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 11, n. 46, p. 115-135, out./dez. 2011.

_____. Os sistemas de garantia nas parcerias público-privadas. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, ano 7, n. 28, out./dez. 2009.

SCHIRATO, Vitor Rhein; PALMA, Juliana Bonacorsi de. Consenso e legalidade: vinculação da atividade administrativa consensual ao direito. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador, número 24, dez./jan./fev. 2011.

SCHMIDT, Gustavo da Rocha. **A arbitragem nos conflitos envolvendo a Administração Pública**: uma proposta de regulamentação. Dissertação (Mestrado em Direito). 2016. 142 f. Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

SCHMIDT-ASSMANN, John Eberhard. **La teoria general del derecho administrativo como sistema**. Barcelona: INAP; Marcial Pons, 2003.

SCHWIND, Rafael Wallbach. Processo Administrativo em evolução. **Revista Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 14, n. 155, jan. 2014.

_____. **Resolução consensual de controvérsias administrativas e o projeto de lei n. 7.169/2014**. Disponível em: <http://www.justen.com.br//informativo.php?&informativo=91&artigo=1172&l=pt>. Acesso em 04 de agosto de 2017.

_____. **O Estado acionista**. São Paulo: Almedina, 2017.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Arbitragem e Fazenda Pública**. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2016/03/24/arbitragem-e-fazenda-publica/>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

SILVA, Almiro do Couto e. O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro e o direito da administração Pública de anular seus próprios atos administrativos: o Prazo decadencial do art. 54 da lei do processo Administrativo da união (lei nº 9.784/99). **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 237, p. 271-315, jul./set. 2004.

_____. Os indivíduos e o Estado na realização das tarefas públicas. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 209, p. 43-70, jul./set. 1997.

_____. Responsabilidade pré-negocial e culpa in contrahendo no direito administrativo brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 217, p. 163-171, jul./set. 1999.

SILVA, Suzana Tavares da. A nova dogmática do direito administrativo: o caso da administração por compromissos. In: GONÇALVES, Pedro (org.). **Estudos de contratação pública – I**. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

SILVA, Vasco Pereira da. **Em busca do acto administrativo perdido**. Reimp. Coimbra: Almedina, 2016.

SOBRINHO, Manoel de Oliveira Franco. Os direitos administrativos e os direitos processuais. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 111, jan./mar. 1973.

SOBRINHO, Mário de Camargo. **Contrato de adesão e a necessidade de uma legislação específica**. São Paulo: Lex Editora, 2000.

SOMBRA, Thiago Luís. Mitos, Crenças e a Mudança da Paradigma da Arbitragem com a Administração Pública. **Revista Brasileira de Arbitragem**, ano XIV, n. 54, abr./mai./jun. 2017.

SOUZA, Carlos Alberto Sobral de. Da transação e da indisponibilidade do interesse público. **Revista Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 1, n. 8, out. 2001.

SOUZA, Luciane Moessa de. **Meios consensuais de solução de conflitos envolvendo entes públicos e a mediação de conflitos coletivos**. Tese (Doutorado em Direito). 2010. 607 f. Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SUNDFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho Arruda. Acordos substitutivos nas sanções regulatórias. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, ano 9, n. 34, abr./jun. 2011.

_____. O devido processo administrativo na execução de termo de ajustamento de conduta. **A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 8, n. 32, p. 115-120, abr./jun. 2008.

SUNDFELD, Carlos Ari. Um Direito mais que administrativo? In: MARRARA, Thiago (org.). **Direito administrativo: transformações e tendências**. São Paulo: Almedina, 2014.

_____. **Chega de axé no direito administrativo**. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/carlos-ari-sundfeld/cheega-de-axe-no-direito-administrativo_a_21667314/. Acesso em 20 de agosto de 2018.

_____. Processo administrativo: um diálogo necessário entre Estado e cidadão. **A&C Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, ano 6, n. 23, p. 39-51, jan./mar. 2006.

TÁCITO, Caio. Exposição de motivos do anteprojeto da lei n. 9.784/1999. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 205, p. 349-357, jul./set. 1996.

TARTUCE, Fernanda; BERGAMASCHI, André Luís. A solução negociada e a figura jurídica da transação: associação necessária? MEDEIROS NETO, Elias Marques de; SIMÃO FILHO, Adalberto. (Coords.). **Direito dos negócios aplicado**. Vol. II: Do direito processual. São Paulo: Almedina, 2016.

THOMAS, Robert. **The Protection of Legitimate Expectations in UK Administrative Law.** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Robert_Thomas38/publication/277010634_The_Protection_of_Legitimate_Expectations_in_UK_Administrative_Law/links/55f1dfb908aedecb69020be5/The-Protection-of-Legitimate-Expectations-in-UK-Administrative-Law.pdf?origin=publication_detail. Acesso em 31 de julho de 2018.

TILKIAN, Guilherme. **O princípio da confiança legítima sob a perspectiva das práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas em matéria tributária.** Dissertação (Mestrado em Direito). 2014. 162 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TONIN, Maurício Morais. **Solução de controvérsias e poder público: negociação e arbitragem.** Tese (Doutorado em Direito). 2016. 237 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VALIM, Rafael. O princípio da segurança jurídica no Direito Administrativo. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). **Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo.** Belo Horizonte: Fórum, 2013.

VALLE, Vanice Regina Lírío do. Transigibilidade na Administração Pública: uma faceta da consensualidade no direito administrativo do século XXI. **Revista Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 11, n. 123, maio 2011.

VALLE, Vivian Lima López. Autoridade e consenso nos contratos administrativos: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro à luz da doutrina europeia dos contratos administrativos. In: BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Cláudia. (coords). **Eficiência e ética na Administração Pública.** Curitiba: Íthala, 2015.

_____. **Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na Administração Pública contemporânea:** da unilateralidade ao consenso e do consenso à unilateralidade na relação

contratual administrativa. Tese (Doutorado em Direito). 2017. 281 f. Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

VARONE, Veronica. Gli accordi amministrativi. In: MARCELLO, Clarich; GIULIANO, Fonderico. **Procedimento amministrativo**. Milão: IPSOA, 2015.

VASCONCELOS, Natalia Pires de. **Judiciário e orçamento público: considerações sobre o impacto orçamentário de decisões judiciais**. Dissertação (Mestrado em Direito). 2014. 167 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VAZ, José Otávio de Vianna. Liquidação do precatório: pagamento, compensação e poder liberatório. VAZ, Orlando (org). **Precatórios: problemas e soluções**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

VAZ, Orlando (org). **Precatórios: problemas e soluções**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

VAZ, Paulo Afonso Brum. **Lei de mediação e conciliação tem pontos positivos e algumas falhas**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jul-03/paul-vaz-lei-mediacao-pontos-positivos-algumas-falhas>. Acesso em 19 de julho de 2018.

VILLANUEVA, Luis F. Aguilar. **Gobernanza y gestión pública**. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

WILLEMANN, Flávio de Araújo. **Acordos administrativos, decisões arbitrais e pagamentos de condenações pecuniárias por precatórios judiciais**. Disponível In: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/392202/DLFE6509.pdf/07AcordosAdministrativosDecisoesArbitrais.pdf>. Acesso em 19 de agosto de 2016.

ZANOBINI, Guido. **Corso di Diritto Amministrativo**. V. I. 5ªed. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1947.